

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2020

Sífilis | 2020

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2020

Sífilis | 2020

Boletim Epidemiológico Especial

Secretaria de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde

Número Especial | Out. 2020

ISSN 2358-9450

©1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Boletim Epidemiológico de Sífilis

Ano VI – nº 01

Tiragem: 1000

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções

Sexualmente Transmissíveis – DCCI

SRTVN, Quadra 701, lote D, Edifício PO700, 5º andar

CEP: 70719-040 – Brasília/DF

Disque Saúde – 136

e-mail: aids@aids.gov.br

site: www.aids.gov.br

Organização e colaboração

Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Alessandro Ricardo Caruso da Cunha

Flavia Kelli Alvarenga Pinto

Gerson Fernando Mendes Pereira

Luciana Fetter Bertolucci Taniguchi

Rachel Abrahão Ribeiro

Ronaldo de Almeida Coelho

Revisão ortográfica

Angela Gasperin Martinazzo (DCCI/SVS)

Projeto gráfico/Diagramação

Fred Lobo, Sabrina Lopes (GAB/SVS)

Marcos Cleuton de Oliveira (DCCI/SVS)

Editorial

A presente edição do Boletim Epidemiológico de Sífilis, do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS), foi produzida com o propósito de promover a disponibilidade de dados básicos, indicadores e análises sobre as tendências da sífilis no país, visando aperfeiçoar a capacidade de formulação, gestão e avaliação de políticas e ações públicas.

Em essência, o conteúdo do Boletim Epidemiológico busca refletir algumas das principais características da epidemiologia da sífilis no Brasil, nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, assim como na agregação por regiões. Apresenta três grandes grupos de informações: casos de sífilis adquirida, casos de sífilis em gestantes e casos de sífilis congênita, notificados até 30 de junho de 2020 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e transferidos das Secretarias Estaduais de Saúde ao Setor de Produção do Departamento de Informática do SUS (Datasis), do Ministério da Saúde.

O Boletim também apresenta dados de mortalidade perinatal por sífilis congênita, obtidos por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), e inclui uma seção intitulada “Indicadores Epidemiológicos e Operacionais para o Monitoramento da Sífilis”, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento permanente da produção de dados.

Para o DCCI, é essencial expandir e facilitar o acesso às informações. Nesse sentido, para fornecer uma imagem mais completa da atual situação da sífilis em todo o país, os dados deste Boletim também constam do Painel de Indicadores Epidemiológicos dos 5.570 municípios brasileiros, disponível na página www.aids.gov.br/indicadores. Esse painel apresenta a distribuição municipal de 18 indicadores epidemiológicos e operacionais de sífilis, visando melhorar a qualidade e tempestividade das tomadas de decisão realizadas por diferentes instâncias de gestão.

O Ministério da Saúde vem executando diversas estratégias de abrangência nacional para o controle da sífilis no país, entre as quais: compra centralizada e distribuição de insumos de diagnóstico e tratamento (testes rápidos, penicilina benzatina e cristalina); desenvolvimento de instrumentos de disseminação de informação estratégica aos gestores, auxiliando a tomada de decisão; instrumentalização de salas de situação em todos os estados e no Distrito Federal; realização de Campanha Nacional de Prevenção; e desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o enfrentamento da sífilis no SUS.

Além dessas ações, este ano, o DCCI, por meio da Coordenação Geral de Vigilância das IST, promoveu 16 (dezesseis) webinars para atualização do “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis” (PCDT-IST) – formato de seminário adotado em virtude da pandemia de covid-19. Entre as sessões organizadas, quatro delas abordaram temas específicos relacionados à sífilis, como a vigilância epidemiológica da sífilis, sífilis adquirida, sífilis em crianças expostas e congênita e testes diagnósticos para sífilis, que são de interesse especial dos profissionais e gestores de saúde envolvidos com o agravo. Destaca-se a participação de profissionais das 27 unidades da federação e de 28 países, tendo-se registrado mais de 43 mil acessos aos conteúdos, o que evidencia a capacidade de expansão da qualificação profissional a distância pelo seu acesso aberto, gratuito e autoinstrucional, com o compromisso de fortalecer o SUS em sua capacidade de enfrentamento às IST, em especial a sífilis, mesmo em tempos de pandemia. As discussões realizadas estão disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UCRXVQBeAh6Ktv6e4ofswZDw>.

Por fim, espera-se que o presente Boletim auxilie a disseminação de informações, como uma das bases da construção de uma saúde coletiva que se vale das evidências geradas a partir da prática da epidemiologia em serviço.

Lista de figuras

Figura 1 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019	13
Figura 2 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região. Brasil, 2019.....	14
Figura 3 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2019	15
Figura 4 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2019.....	15
Figura 5 – Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019	16
Figura 6 – Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2019	17
Figura 7 – Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010 a 2019.....	18
Figura 8 – Casos notificados de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019	19
Figura 9 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019	19
Figura 10 – Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019	20
Figura 11 – Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2009 a 2019.....	21
Figura 12 – Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2019	22
Figura 13 – Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2015 a 2019	22
Figura 14 – Percentual de gestantes com sífilis com tratamento prescrito de pelo menos uma dose de penicilina benzatina e conforme classificação clínica, segundo Unidade da Federação. Brasil, 2019	23
Figura 15 – Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2019	24
Figura 16 – Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2019	25
Figura 17 – Percentual de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2009 a 2019.....	26
Figura 18 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2019.....	27
Figura 19 – Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018	28

Lista de tabelas

Tabela 1 – Nascidos vivos em 2018, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2019	12
Tabela 2 – Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2020	29
Tabela 3 – Casos de sífilis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2020	30
Tabela 4 – Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2020	31
Tabela 5 – Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2020	32
Tabela 6 – Casos de gestantes com sífilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito e ano de diagnóstico. Brasil, 2017 a 2019.....	33
Tabela 7 – Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2020	34
Tabela 8 – Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020	35
Tabela 9 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020	36
Tabela 10 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020	37
Tabela 11 – Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2019	38

Sumário

Introdução	9
Situação epidemiológica da sífilis no Brasil	10
Sífilis adquirida	16
Sífilis em gestantes	20
Sífilis congênita	24
Tabelas	29
Apêndice – Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis	39
Anexo – Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017	40

Introdução

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são consideradas um problema de saúde pública e estão entre as patologias transmissíveis mais comuns, afetando a saúde e a vida das pessoas em todo o mundo. As IST têm um impacto direto sobre a saúde reprodutiva e infantil, porquanto acarretam infertilidade e complicações na gravidez e no parto, além de causar morte fetal e agravos à saúde da criança. Elas também têm um impacto indireto na facilitação da transmissão sexual do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Em maio de 2016, a Assembleia Mundial de Saúde adotou a estratégia 2016–2021 do setor global de saúde para as IST¹. Essa estratégia inclui a expansão de intervenções e serviços baseados em evidências para controlar as IST e diminuir seu impacto como problema de saúde pública até 2030. A estratégia definiu metas para a redução na incidência de gonorreia e sífilis em adultos e recomendou a realização de levantamento de incidências globais de IST até 2018.

Com base nos dados de prevalência de 2009 a 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou o total de casos incidentes de IST curáveis em 376,4 milhões, entre os quais 127,2 milhões (95% IC: 95,1-165,9 milhões) de casos de clamídia, 86,9 milhões (95% IC: 58,6-123,4 milhões) de casos de gonorreia, 156,0 milhões (95% IC: 103,4-231,2 milhões) de casos de tricomoníase e 6,3

milhões (95% IC: 5,5-7,1 milhões) de casos de sífilis. A prevalência global estimada de sífilis, em homens e mulheres, foi de 0,5% (95% IC: 0,4-0,6), com valores regionais variando de 0,1 a 1,6%².

Ainda segundo a OMS, a situação da sífilis no Brasil não é diferente da de outros países. Os números de casos da infecção são preocupantes e a infecção precisa ser controlada. Neste novo Boletim Epidemiológico, pode-se observar que a sífilis adquirida, agravado de notificação compulsória desde 2010, teve uma taxa de detecção de 72,8 casos por 100.000 habitantes, em 2019. Também em 2019, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 20,8/1.000 nascidos vivos; a taxa de incidência de sífilis congênita, de 8,2/1.000 nascidos vivos; e a taxa de mortalidade por sífilis congênita, de 5,9/100.000 nascidos vivos. Assim como no ano anterior, nenhuma Unidade da Federação (UF) apresentou taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes, o que pode refletir a melhora da notificação dos casos de sífilis em gestantes no país.

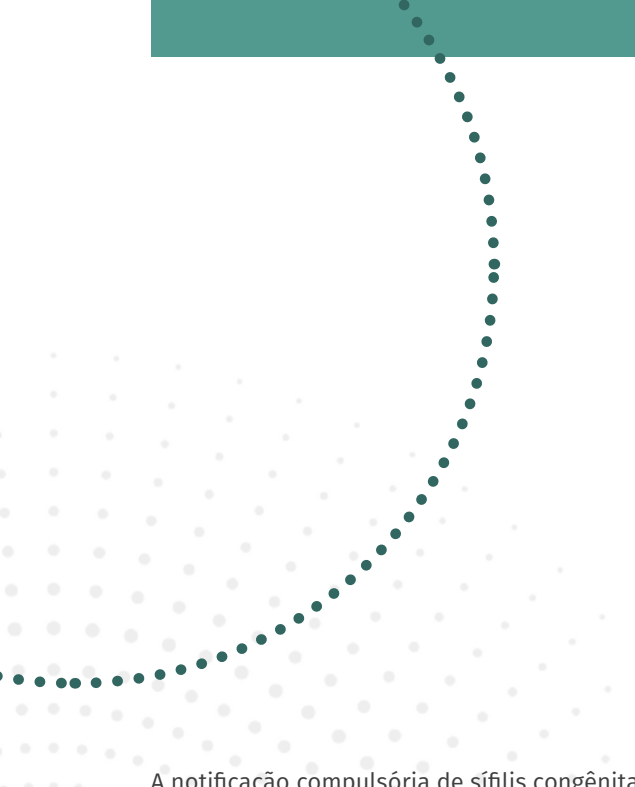
Conforme citado no Editorial, o presente Boletim traz dados de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e sua ampla divulgação subsidia a tomada de decisões e a programação das ações em saúde.

1 World Health Organization. Global health sector strategy on sexually transmitted infections, 2016–2021: Towards ending STIs. Report No.: WHO/RHR/16.09. Geneva: WHO; jun. 2016. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/rtis/ghss-stis/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.

2 Rowley J, Vander Hoorn S, Korenromp E, et al. Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2016. Bull World Health Organ. 2019; 97(8): 548–562P. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/97/8/18-228486/en/>. Acesso em: 1 out. 2019.



Situação epidemiológica da sífilis no Brasil



A notificação compulsória de sífilis congênita em todo o território nacional foi instituída por meio da Portaria nº 542, de 22 de dezembro de 1986; a de sífilis em gestantes, mediante a Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005; e, por último, a de sífilis adquirida, por intermédio da Portaria nº 2.472, de 31 de agosto de 2010. Atualmente, a portaria vigente que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional e dá outras providências é a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017³.

A Tabela 1, reproduzida a seguir, apresenta os seguintes dados para o Brasil: (1) número de casos e distribuição proporcional por regiões e UF de nascidos vivos em 2018; (2) número de casos, distribuição proporcional por

regiões e UF e taxa de detecção de sífilis adquirida em 2019; (3) número de casos, distribuição proporcional por regiões e UF e taxa de detecção de sífilis em gestantes em 2019; (4) número de casos, distribuição proporcional por regiões e UF e taxa de incidência de sífilis congênita em 2019; e (5) número de casos, distribuição proporcional por regiões e UF e taxa de mortalidade por sífilis congênita no ano de 2019.

Em 2019, foram notificados no Sinan 152.915 casos de sífilis adquirida (taxa de detecção de 72,8 casos/100.000 habitantes); 61.127 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 20,8/1.000 nascidos vivos); 24.130 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 8,2/1.000 nascidos vivos); e 173 óbitos por sífilis congênita (taxa de mortalidade de 5,9/100.000 nascidos vivos)

3 Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html. Acesso em: 1 out. 2020.

TABELA 1 - Nascidos vivos em 2018, casos e taxas de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita e óbitos por sífilis congênita, segundo região, Unidade da Federação e Brasil, 2019

UF/Região	Nascidos vivos 2018				Sífilis adquirida 2019				Sífilis em gestantes 2019				Sífilis congênita 2019				Óbitos por sífilis congênita 2019			
	nº	%	nº	%	taxa ⁽¹⁾	nº	%	taxa ⁽²⁾	nº	%	taxa ⁽³⁾	%	nº	%	taxa ⁽⁴⁾	%	nº	%	taxa ⁽⁴⁾	
Brasil	2944932	100,0	152915	100,0	72,8	61127	100,0	20,8	24130	100,0	8,2	100,0	24130	100,0	8,2	100,0	173	100,0	5,9	
Norte	319228	10,8	10621	6,9	57,6	6026	9,9	18,9	2230	9,2	7,0	10,4	2230	9,2	7,0	10,4	18	10,4	5,6	
Rorônia	28091	1,0	845	0,6	47,5	383	0,6	13,6	77	0,3	2,7	1,2	77	0,3	2,7	1,2	2	1,2	7,1	
Acre	16543	0,6	302	0,2	34,2	552	0,9	33,4	77	0,3	4,7	0,6	77	0,3	4,7	0,6	1	0,6	6,0	
Amazonas	78087	2,7	4441	2,9	107,2	1682	2,8	21,5	702	2,9	9,0	3,5	702	2,9	9,0	3,5	6	3,5	7,7	
Roraima	13344	0,5	648	0,4	107,0	281	0,5	21,1	67	0,3	5,0	0,0	67	0,3	5,0	0,0	0	0,0	0,0	
Pará	141819	4,8	2577	1,7	30,0	2218	3,6	15,6	944	3,9	6,7	4,0	944	3,9	6,7	4,0	7	4,0	4,9	
Amapá	15864	0,5	480	0,3	56,8	339	0,6	21,4	125	0,5	7,9	1,2	125	0,5	7,9	1,2	2	1,2	12,6	
Tocantins	25480	0,9	1328	0,9	84,4	571	0,9	22,4	238	1,0	9,3	0,0	238	1,0	9,3	0,0	0	0,0	0,0	
Nordeste	836850	28,4	24163	15,8	42,3	13026	21,3	15,6	6352	26,3	7,6	26,6	6352	26,3	7,6	26,6	46	26,6	5,5	
Maranhão	117156	4,0	1653	1,1	23,4	1621	2,7	13,8	606	2,5	5,2	6,8	606	2,5	5,2	6,8	8	4,6	6,8	
Piauí	49490	1,7	1105	0,7	33,8	788	1,3	15,9	394	1,6	8,0	3,5	394	1,6	8,0	3,5	6	3,5	12,1	
Ceará	131491	4,5	2938	1,9	32,2	2184	3,6	16,6	1085	4,5	8,3	2,9	1085	4,5	8,3	2,9	5	2,9	3,8	
Rio Grande do Norte	48107	1,6	1751	1,1	49,9	905	1,5	18,8	592	2,5	12,3	1,2	592	2,5	12,3	1,2	2	1,2	4,2	
Paraíba	60205	2,0	1718	1,1	42,8	730	1,2	12,1	344	1,4	5,7	1,2	344	1,4	5,7	1,2	2	1,2	3,3	
Pernambuco	138317	4,7	7673	5,0	80,3	3019	4,9	21,8	1761	7,3	12,7	5,8	1761	7,3	12,7	5,8	10	5,8	7,2	
Alagoas	52496	1,8	400	0,3	12,0	764	1,2	14,6	339	1,4	6,5	3,5	339	1,4	6,5	3,5	6	3,5	11,4	
Sergipe	34256	1,2	563	0,4	24,5	741	1,2	21,6	482	2,0	14,1	1,2	482	2,0	14,1	1,2	2	1,2	5,8	
Bahia	205332	7,0	6362	4,2	42,8	2274	3,7	11,1	749	3,1	3,6	2,9	749	3,1	3,6	2,9	5	2,9	2,4	
Sudeste	1147006	38,9	70291	46,0	79,5	27585	45,1	24,0	10766	44,6	9,4	45,7	10766	44,6	9,4	45,7	79	45,7	6,9	
Minas Gerais	263640	9,0	14959	9,8	70,7	4697	7,7	17,8	2286	9,5	8,7	8,1	2286	9,5	8,7	8,1	14	8,1	5,3	
Espírito Santo	56721	1,9	4705	3,1	117,1	1646	2,7	29,0	433	1,8	7,6	4,0	433	1,8	7,6	4,0	7	4,0	12,3	
Rio de Janeiro	220499	7,5	16487	10,8	95,5	9802	16,0	44,5	4431	18,4	20,1	19,5	4431	18,4	20,1	19,5	43	24,9	19,5	
São Paulo	606146	20,6	34140	22,3	74,3	11440	18,7	18,9	3616	15,0	6,0	2,5	3616	15,0	6,0	2,5	15	8,7	2,5	
Sul	395857	13,4	35554	23,3	118,6	9383	15,4	23,7	3301	13,7	8,3	4,5	3301	13,7	8,3	4,5	18	10,4	4,5	
Paraná	156201	5,3	10583	6,9	92,6	2837	4,6	18,2	879	3,6	5,6	2,3	879	3,6	5,6	2,3	4	2,3	2,6	
Santa Catarina	99609	3,4	10107	6,6	141,1	1952	3,2	19,6	583	2,4	5,9	6,0	583	2,4	5,9	6,0	6	3,5	6,0	
Rio Grande do Sul	140047	4,8	14864	9,7	130,6	4594	7,5	32,8	1839	7,6	13,1	5,7	1839	7,6	13,1	5,7	8	4,6	5,7	
Centro-Oeste	245991	8,4	12286	8,0	75,4	5107	8,4	20,8	1481	6,1	6,0	6,9	1481	6,1	6,0	6,9	12	6,9	4,9	
Mato Grosso do Sul	44275	1,5	3226	2,1	116,1	1409	2,3	31,8	301	1,2	6,8	1,7	301	1,2	6,8	1,7	3	1,7	6,8	
Mato Grosso	58649	2,0	1796	1,2	51,5	907	1,5	15,5	209	0,9	3,6	1,2	209	0,9	3,6	1,2	2	1,2	3,4	
Goiás	98872	3,4	5310	3,5	75,7	2111	3,5	21,4	599	2,5	6,1	2,9	599	2,5	6,1	2,9	5	2,9	5,1	
Distrito Federal	44195	1,5	1954	1,3	64,8	680	1,1	15,4	372	1,5	8,4	1,2	372	1,5	8,4	1,2	2	1,2	4,5	

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação, atualizado em 30/06/2020, e MS/SVS/Sistema de Informação sobre Mortalidade.

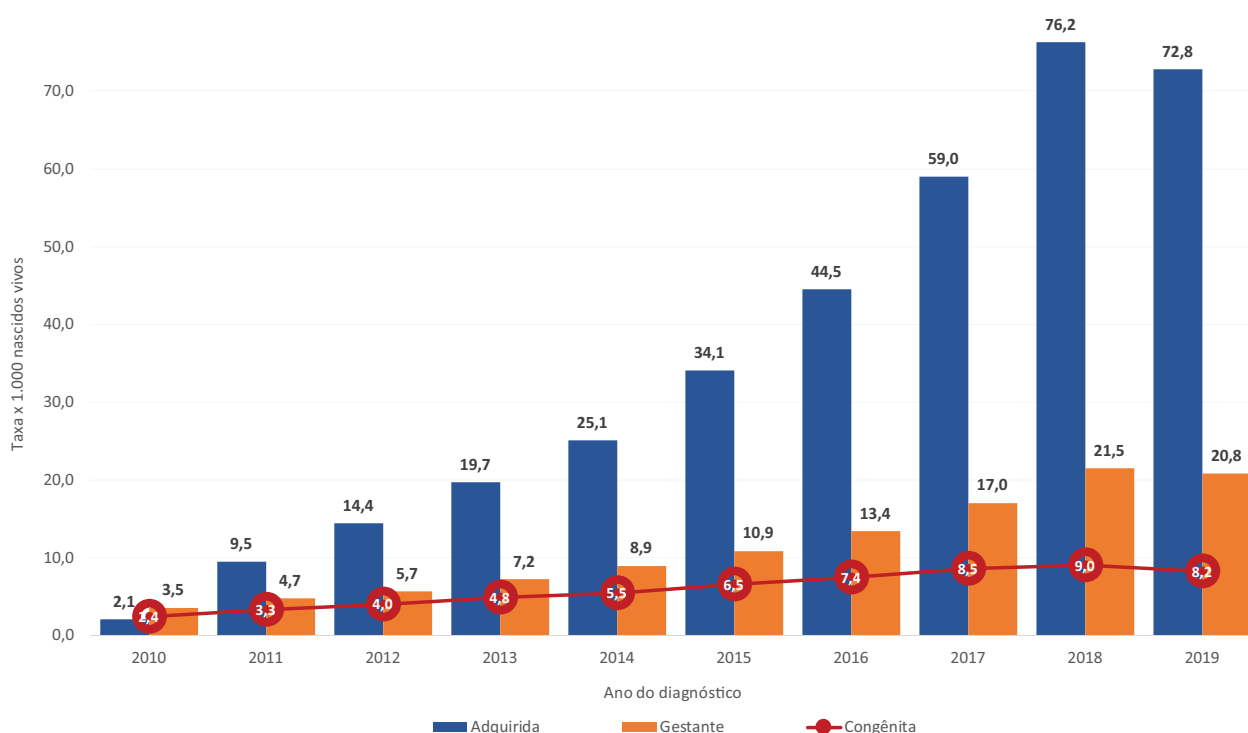
Notas: (1) Taxa de detecção de sífilis adquirida por 100.000 habitantes. (2) Taxa de detecção de sífilis em gestantes por 1.000 nascidos vivos. (3) Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano por 1.000 nascidos vivos. (4) Óbitos por 100.000 nascidos vivos.

Na Figura 1, observa-se a evolução das taxas de sífilis de 2010 a 2019. Nesse período, verifica-se que a taxa de incidência de sífilis congênita chegou a alcançar, no ano de 2018, 9,0 casos por mil nascidos vivos, diminuindo para 8,2 casos por mil nascidos vivos em 2019. Já a taxa de detecção de sífilis em gestantes alcançou 21,5 casos por mil nascidos vivos em 2018, e em 2019 decresceu para 20,8 por mil nascidos vivos.

A sífilis adquirida, agravo de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 34,1 casos por 100.000 habitantes em 2015 para 76,2 casos por 100.000 habitantes em 2018, reduzindo-se para 72,8 casos por 100.000 habitantes em 2019.

Em 2019, em comparação com o ano de 2018, observaram-se reduções de 3,3% na taxa de detecção em gestantes e de 8,7% na taxa de incidência de sífilis congênita. Houve também redução de 4,6% na taxa de detecção de sífilis adquirida.

Embora se observe uma diminuição dos casos de sífilis em quase todo o país, cabe ressaltar que parte dessa redução pode estar relacionada à identificação de problemas de transferência de dados entre as esferas de gestão do SUS, o que pode ocasionar diferença no total de casos entre as bases de dados municipal, estadual e federal de sífilis. O declínio no número de casos também pode decorrer de uma demora na notificação e alimentação das bases de dados do Sinan, devido à mobilização local dos profissionais de saúde ocasionada pela pandemia de covid-19.

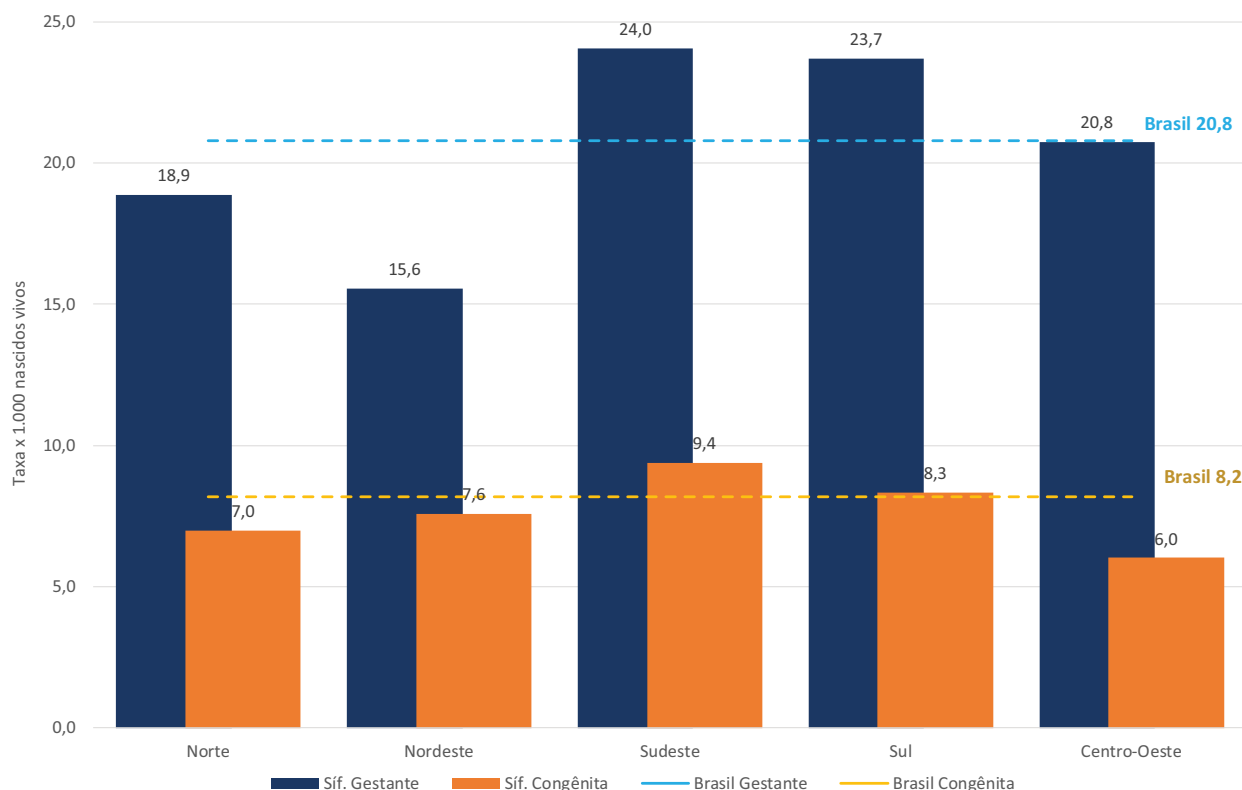


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 1 Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes), taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos), segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019

Na Figura 2, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por mil nascidos vivos, segundo região, e as taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, observa-se que as regiões Sudeste e Sul apresentam taxas de detecção

superiores à do Brasil e que o Centro-Oeste apresenta taxa igual à do país. Quanto à sífilis congênita, as regiões com taxas maiores que a nacional também são a Sudeste e a Sul (Figura 2, Tabelas 4 e 8).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

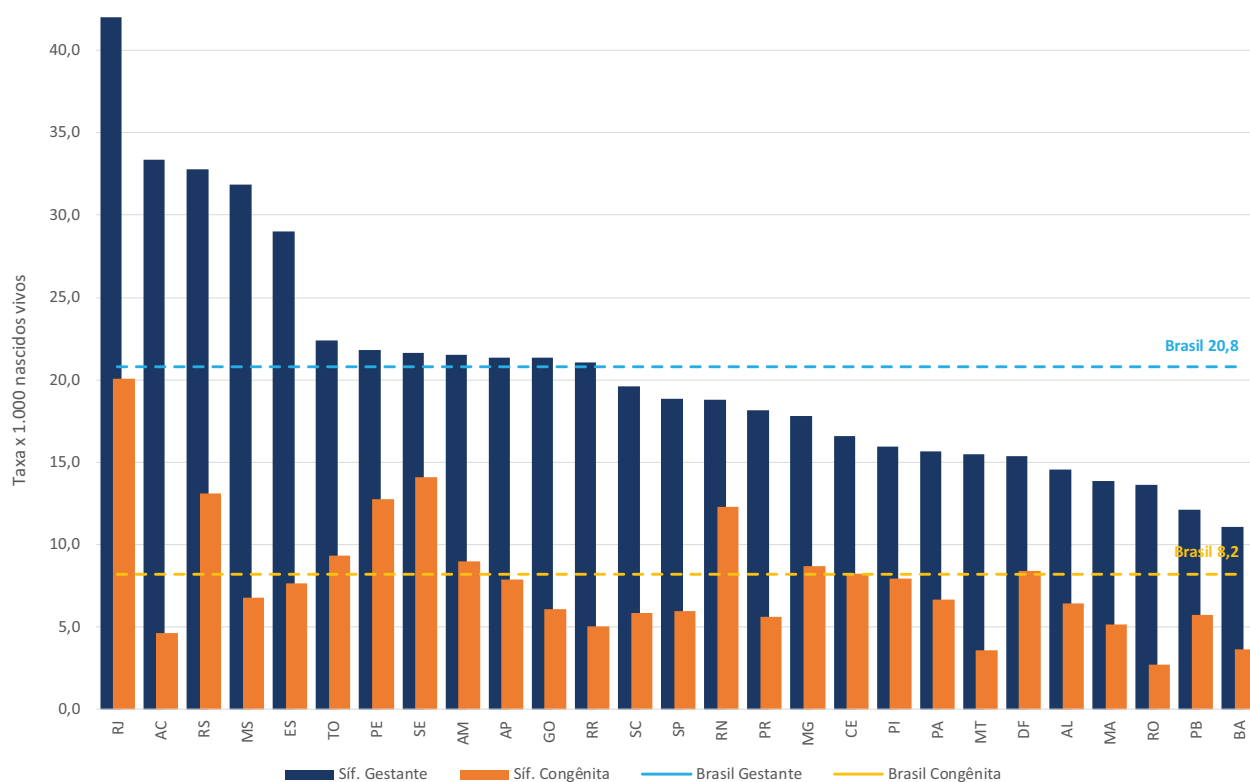
FIGURA 2 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo região. Brasil, 2019

Na Figura 3, observam-se as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por mil nascidos vivos, segundo UF, e as taxas do país. Em relação à sífilis em gestantes, verifica-se que os estados do Rio de Janeiro, Acre, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pernambuco, Sergipe, Amazonas, Amapá, Goiás e Roraima apresentam taxas de detecção superiores à do Brasil. Em parte, o aumento observado na detecção de sífilis em gestantes pode ser atribuído à mudança no critério de definição de casos para fins de vigilância, que o tornou mais sensível. Quanto à sífilis congênita, os estados com taxas maiores que a média nacional são Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins, Pernambuco, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Ceará e Distrito Federal (Figura 3, Tabelas 4 e 8).

A exemplo do Boletim de 2019, nenhuma UF apresenta taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes (Figura 3, Tabelas 6 e 8).

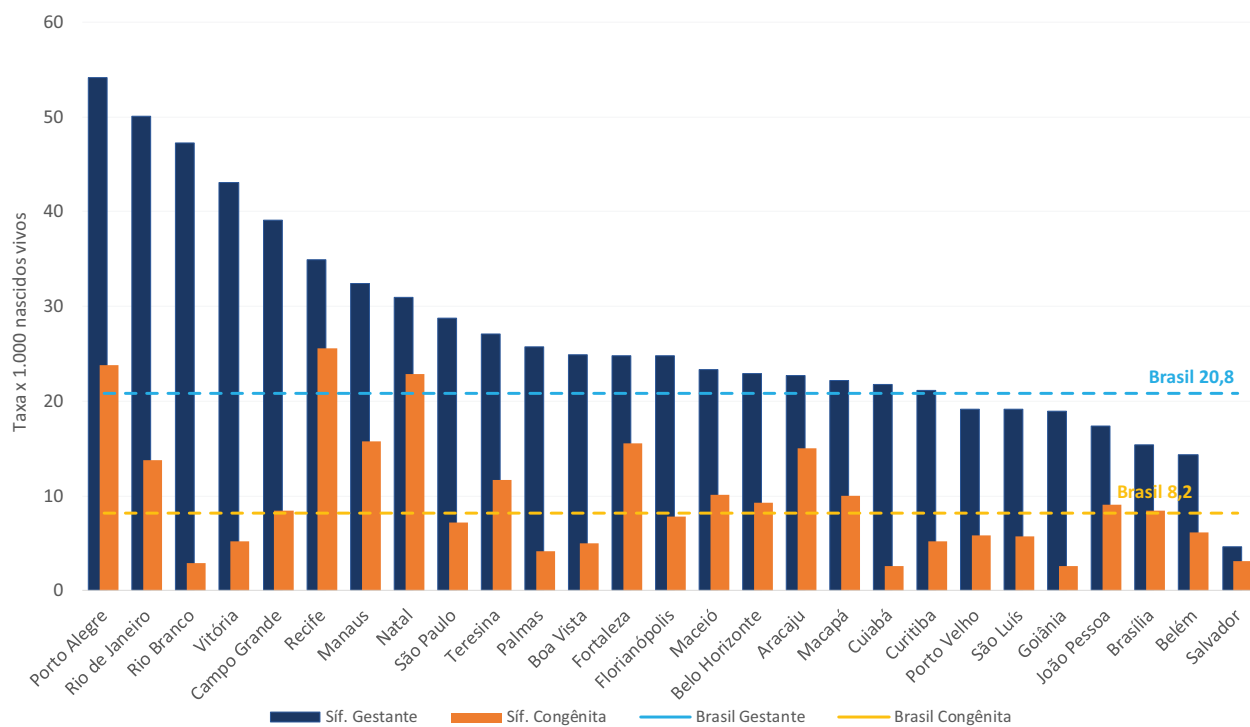
A Figura 4 apresenta as taxas de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita por mil nascidos vivos, segundo capital, e as taxas do país. Também se nota que nenhuma capital apresentou, em 2019, taxa de incidência de sífilis congênita mais elevada que a taxa de detecção de sífilis em gestantes, a exemplo do Boletim anterior. Em 2019, Porto Velho, São Luís, Goiânia, João Pessoa, Brasília, Belém e Salvador apresentaram taxas de sífilis em gestantes menores que a do país (Figura 4).

Em relação à sífilis congênita, observa-se que Rio Branco, Vitória, São Paulo, Palmas, Boa Vista, Florianópolis, Cuiabá, Curitiba, Porto Velho, São Luís, Goiânia, Belém e Salvador apresentaram taxas de incidência inferiores à do Brasil (Figura 4).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 3 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo UF. Brasil, 2019



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 4 Taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos, segundo capitais. Brasil, 2019

No Brasil, a população mais afetada pela sífilis são as mulheres, principalmente as negras e jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos. Somente esse grupo representou 14,3% de todos os casos de sífilis adquirida e em

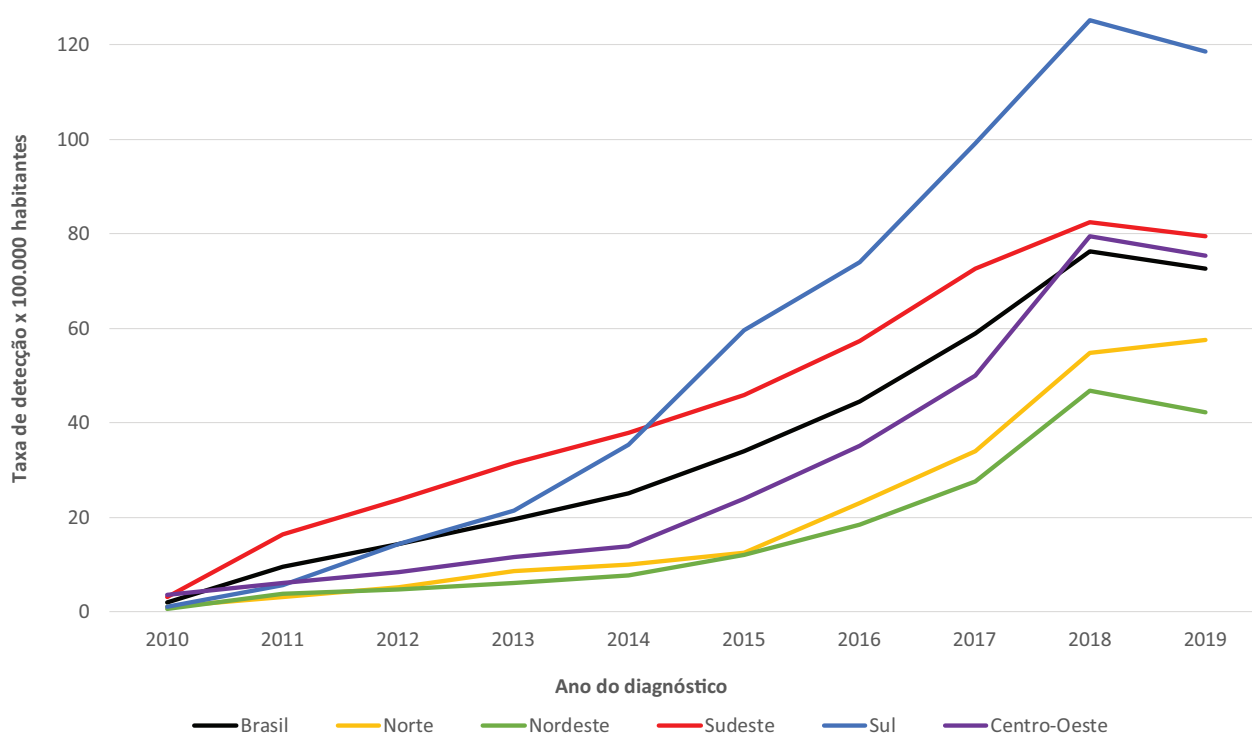
gestantes notificados em 2019. Na comparação por sexo, em 2019, as mulheres de 20 a 29 anos alcançaram 25,3% do total de casos notificados, enquanto os homens nessa mesma faixa etária representaram apenas 16,5%.

Sífilis adquirida

No período de 2010 a junho de 2020, foram notificados no Sinan um total de 783.544 casos de sífilis adquirida, dos quais 52,7% ocorreram na região Sudeste, 22,2% no Sul, 13,0% no Nordeste, 6,8% no Centro-Oeste e 5,2% no Norte (Tabela 2).

Em 2019, o número total de casos notificados no Brasil foi de 152.915. Na estratificação por regiões, observaram-se 70.291 (46,0%) casos notificados na região Sudeste, 35.554 (23,3%) na região Sul, 24.163 (15,8%) na região Nordeste, 12.286 (8,0%) na região Centro-Oeste e 10.621 (6,9%) na região Norte (Tabela 2).

Entre 2018 e 2019, observou-se que o Brasil e algumas regiões apresentaram redução em suas taxas de detecção de sífilis adquirida. No país, a redução foi de 4,5% (de 76,2 para 72,8 casos por 100.000 hab.). Houve também redução de 9,8% no Nordeste (de 46,9 para 42,3 casos por 100.000 hab.), 3,6% no Sudeste (de 82,5 para 79,5 casos por 100.000 hab.), 5,2% no Sul (de 125,1 para 118,6 casos por 100.000 hab.) e 5,3% no Centro-Oeste (de 79,6 para 75,4 casos por 100.000 hab.), conforme a Figura 5 e a Tabela 2. A região Norte foi a única que mostrou aumento na taxa nesse mesmo período, com um incremento de 5,1% (de 54,8 para 57,6 casos por 100.000 hab.).

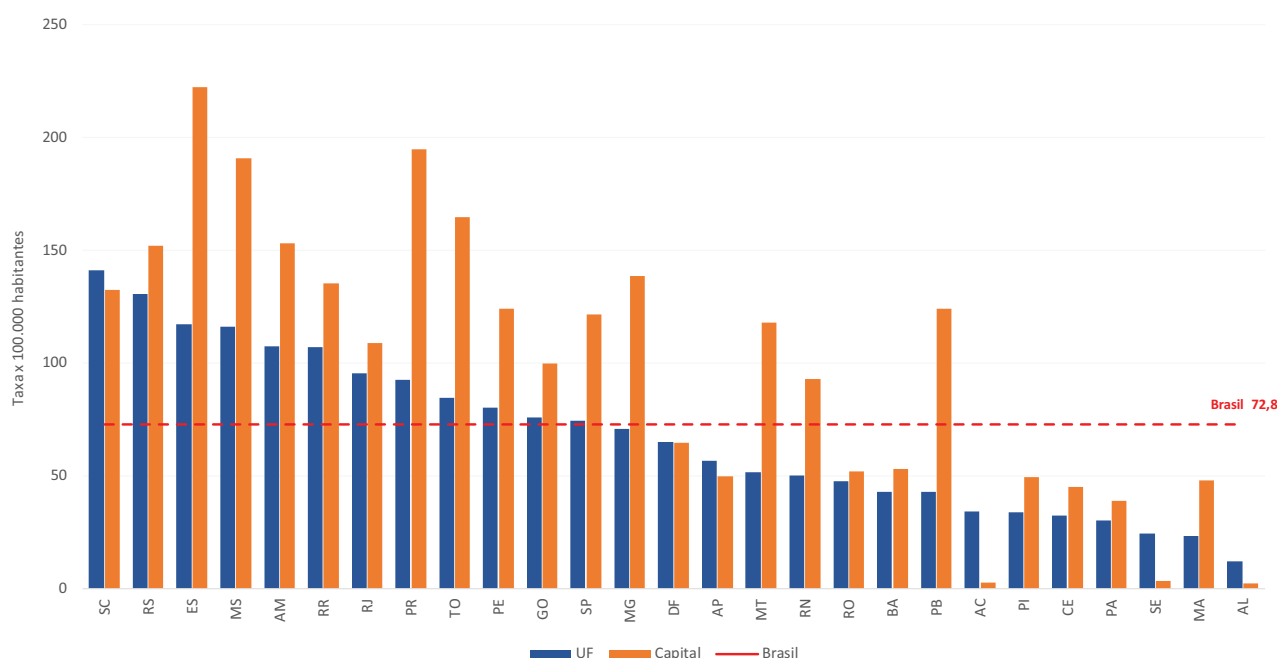


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 5 Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, segundo região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019

Em relação às UF, em 2019, a taxa de detecção mais elevada foi observada em Santa Catarina (141,1 casos/100.000 hab.), e a mais baixa, em Alagoas (12,0 casos/100.000 hab.), conforme a Figura 6 e a Tabela 2. Além de Santa Catarina, onze estados apresentaram taxas de detecção superiores à taxa média nacional: Rio Grande do Sul (130,6 casos/100.000 hab.), Espírito Santo (117,1 casos/100.000 hab.), Mato Grosso do Sul (116,1 casos/100.000 hab.), Amazonas (107,2 casos/100.000 hab.), Roraima (107,0 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (95,5 casos/100.000 hab.), Paraná (92,6 casos/100.000 hab.), Tocantins (84,4 casos/100.000 hab.), Pernambuco (80,3 casos/100.000 hab.), Goiás (75,7 casos/100.000 hab.) e São Paulo (74,3 casos/100.000 hab.), de acordo com a Figura 6 e a Tabela 2.

Com relação às capitais, 16 delas apresentaram taxa de detecção mais elevada que a nacional: Florianópolis (132,1 casos/100.000 hab.), Porto Alegre (151,9/100.000 hab.), Vitória (222,3/100.000 hab.), Campo Grande (190,5/100.000 hab.), Manaus (152,9/100.000 hab.), Boa Vista (135,3 casos/100.000 hab.), Rio de Janeiro (108,7/100.000 hab.), Curitiba (194,8/100.000 hab.), Palmas (164,5/100.000 hab.), Recife (123,8/100.000 hab.), Goiânia (99,7 casos/100.000 hab.), São Paulo (121,6/100.000 hab.), Belo Horizonte (138,4/100.000 hab.), Cuiabá (117,7 casos/100.000 hab.), Natal (92,9/100.000 hab.) e João Pessoa (124,0/100.000 hab.), conforme a Figura 6.



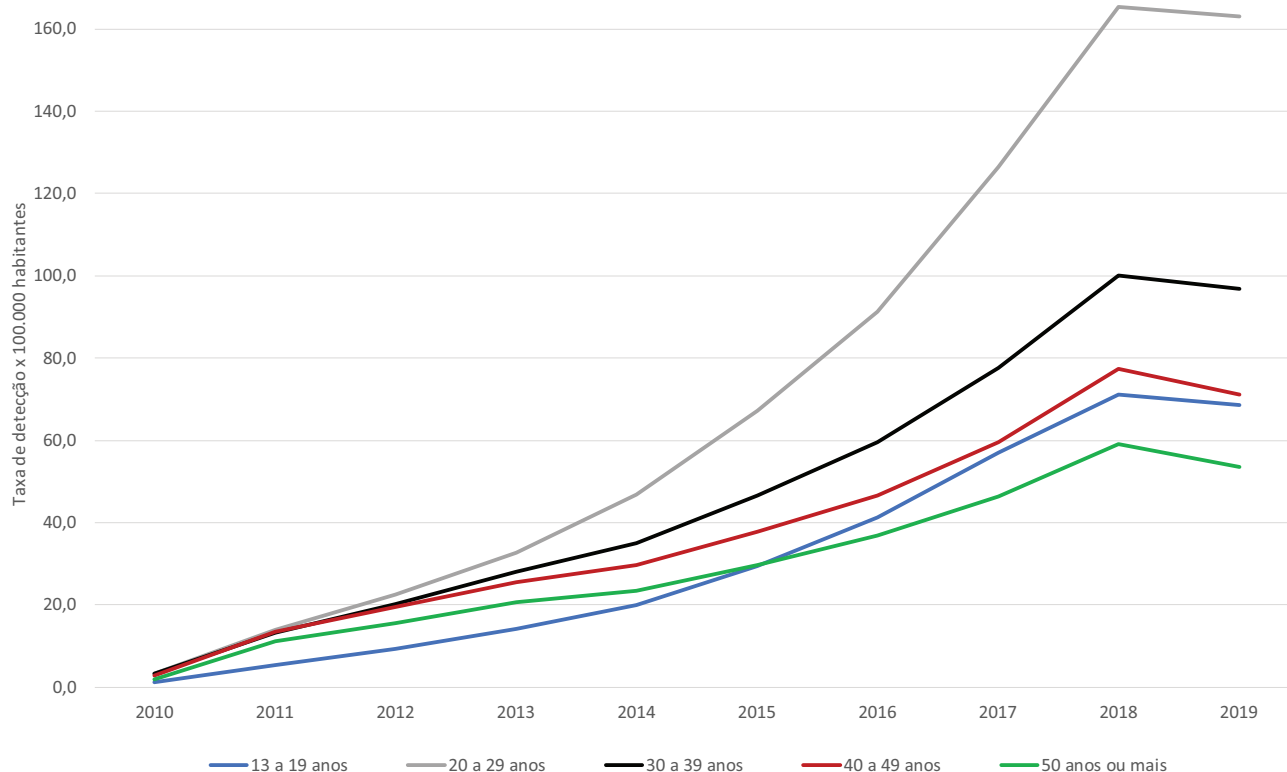
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 6 Taxas de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo UF e capitais. Brasil, 2019

Em 2019, a maior parte das notificações de sífilis adquirida ocorreu em indivíduos entre 20 e 29 anos (36,2%), seguidos por aqueles na faixa entre 30 e 39 anos de idade (21,8%), conforme a Tabela 3.

A Figura 7 apresenta as taxas de detecção de sífilis adquirida segundo faixa etária, no período de 2010 a

2019. Observa-se um incremento na taxa de detecção para todas as faixas etárias até 2018, com posterior redução em 2019, ressaltando a tendência mais acentuada de aumento na faixa etária de 20 a 29 anos, que em 2018 alcançou 165,4 casos por 100.000 habitantes e em 2019 está em 163 casos por 100.000 habitantes.



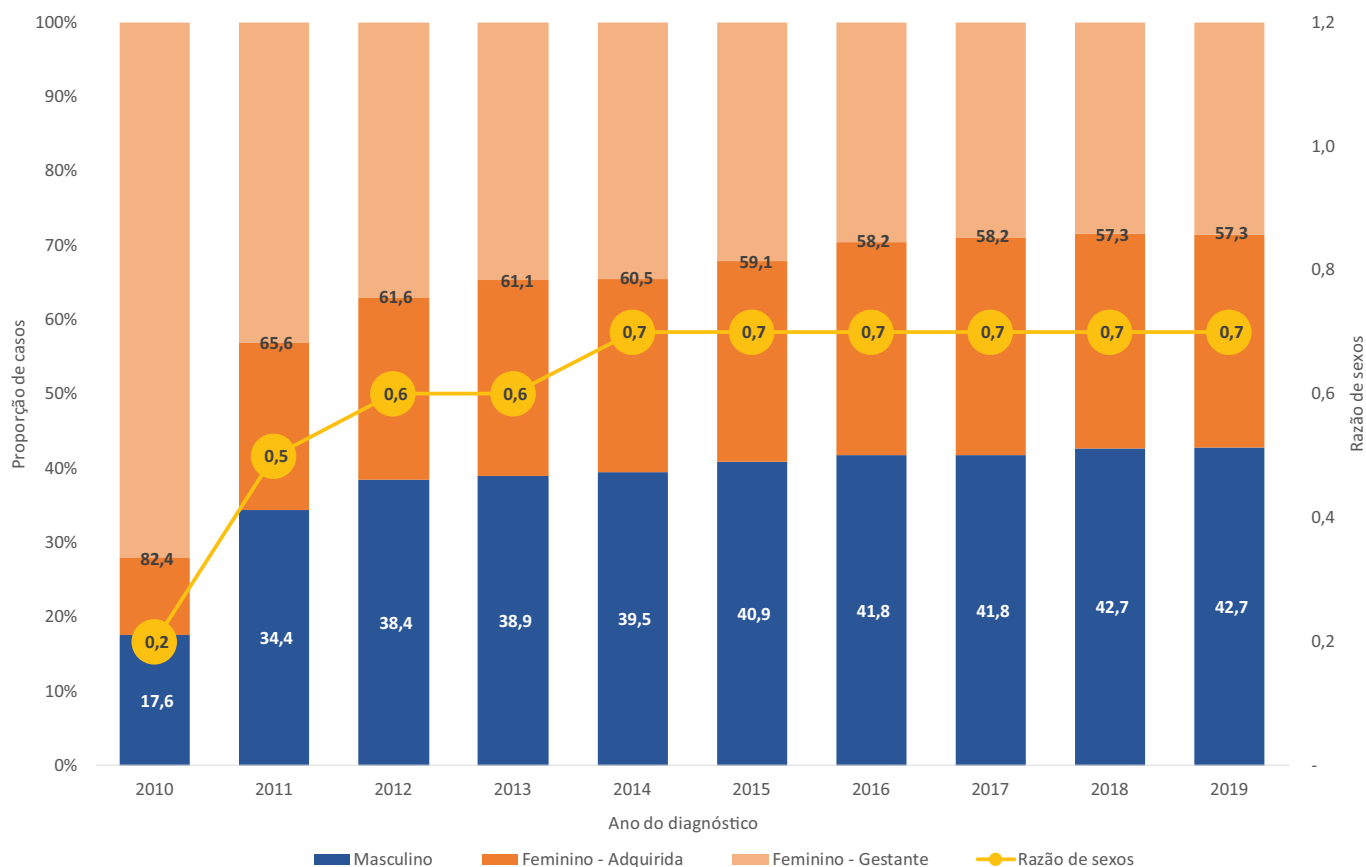
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 7 Taxa de detecção de sífilis adquirida (por 100.000 habitantes) segundo faixa etária. Brasil, 2010 a 2019

A Figura 8 apresenta os casos notificados de sífilis adquirida em homens e mulheres, incluindo os casos notificados em gestantes e razão de sexos por ano de diagnóstico no Brasil, de 2010 a 2019. Segundo a série histórica de casos notificados de sífilis, observa-se que 438.097 (41,1%) ocorreram em homens e 628.874 (58,9%) em mulheres; destas, 295.923 (47,1%) foram notificadas como sífilis adquirida e 332.951 (52,9%) como sífilis em gestante.

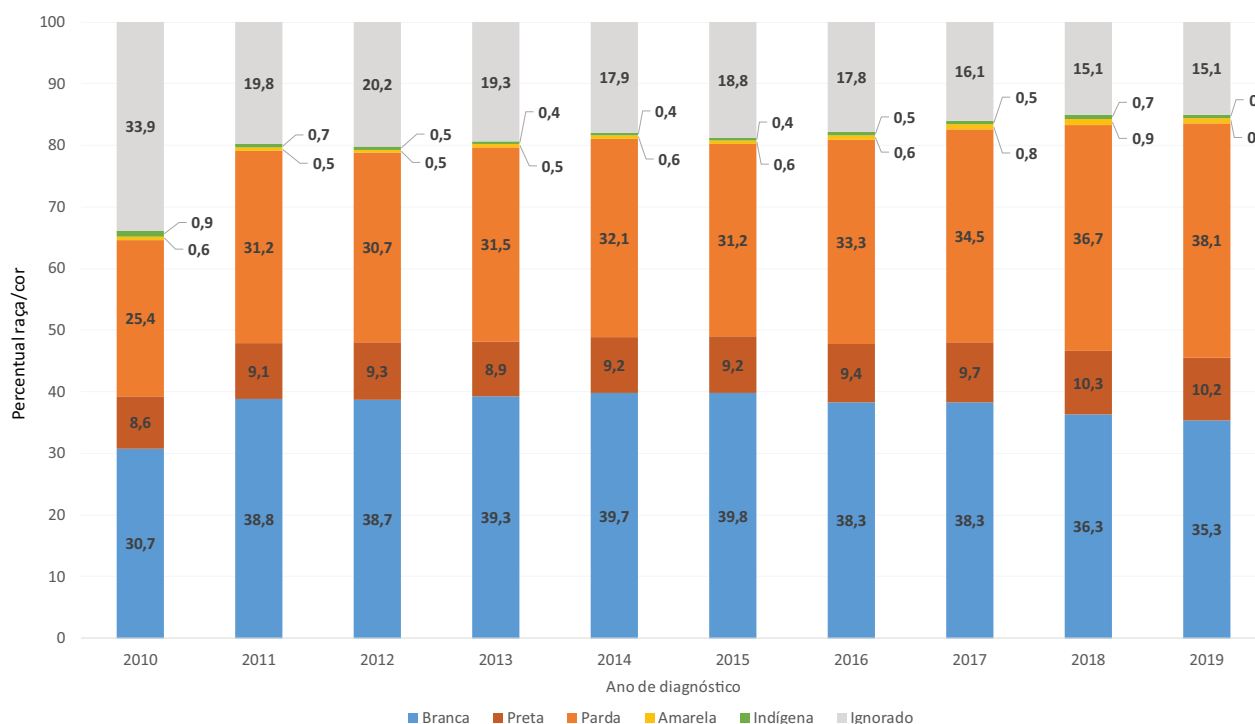
Em 2010, a razão de sexos (M:F) era de 0,2 (dois casos em homens para cada dez casos em mulheres); em 2019, foi de 0,7 (sete casos em homens para cada dez casos em mulheres), razão que vem se mantendo estável desde 2014, conforme a Figura 8 e a Tabela 3.

Observa-se uma melhora no preenchimento da informação raça/cor: em 2010, 34,0% tinham a informação ignorada, percentual este que foi reduzido para 15,1% em 2018 e mantido em 2019. Nesse ano, a maior parte das pessoas notificadas era de pardas (38,1%), seguidas de brancas (35,3%) e de pretas (10,2%); considerando-se pardos e pretos, o percentual foi de 48,3%. A notificação de indivíduos de raça/cor amarela e indígena, separadamente, não ultrapassou 1% dos casos, conforme a Figura 9 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 8 Casos notificados de sífilis adquirida e sífilis em gestante, segundo sexo e razão de sexos por ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019

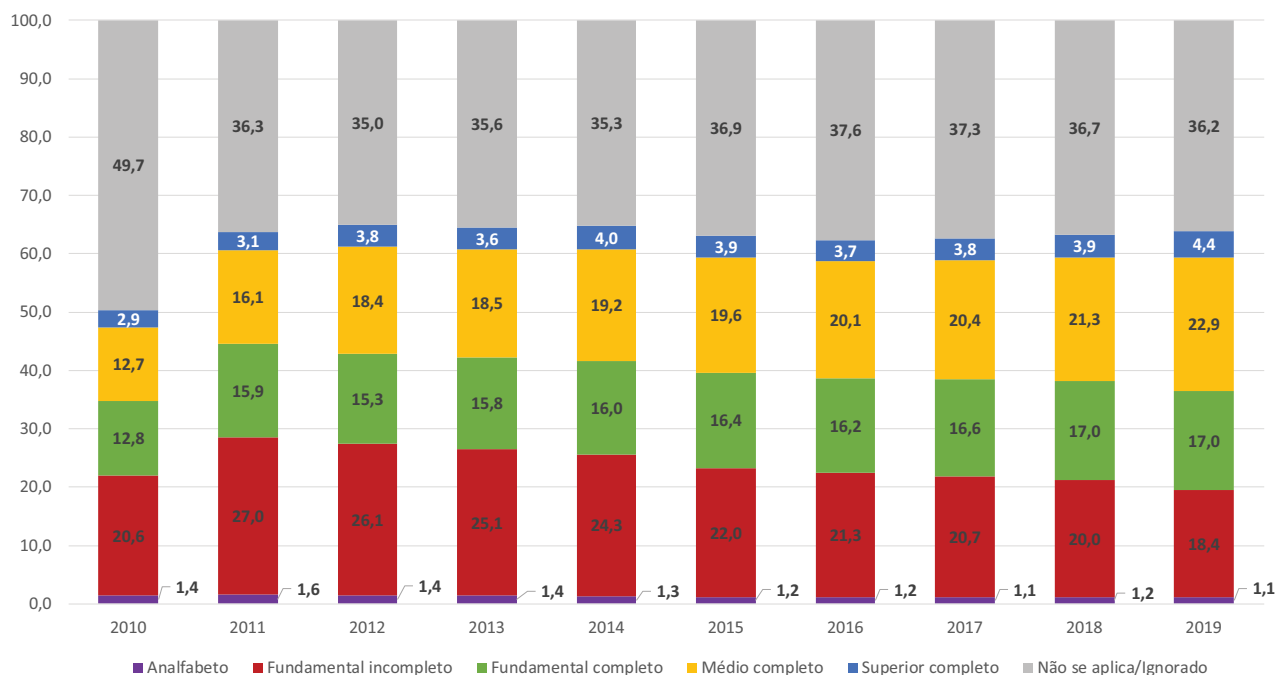


Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 9 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo raça/cor e ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019

Em relação à escolaridade, 36,2% dos casos de 2019 tinham essa informação preenchida como “ignorada” ou não houve preenchimento do campo. Entre os casos informados, 1,1% eram analfabetos, 18,4% não possuíam o ensino fundamental completo, 17% possuíam o fundamental completo ou médio incompleto e 27,3% possuíam pelo menos o ensino

médio completo. Observa-se uma pequena redução no percentual de casos em indivíduos analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, além de um aumento no percentual de casos em indivíduos com ensino fundamental ou com médio completo ao longo da série histórica, conforme a Figura 10 e a Tabela 3.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

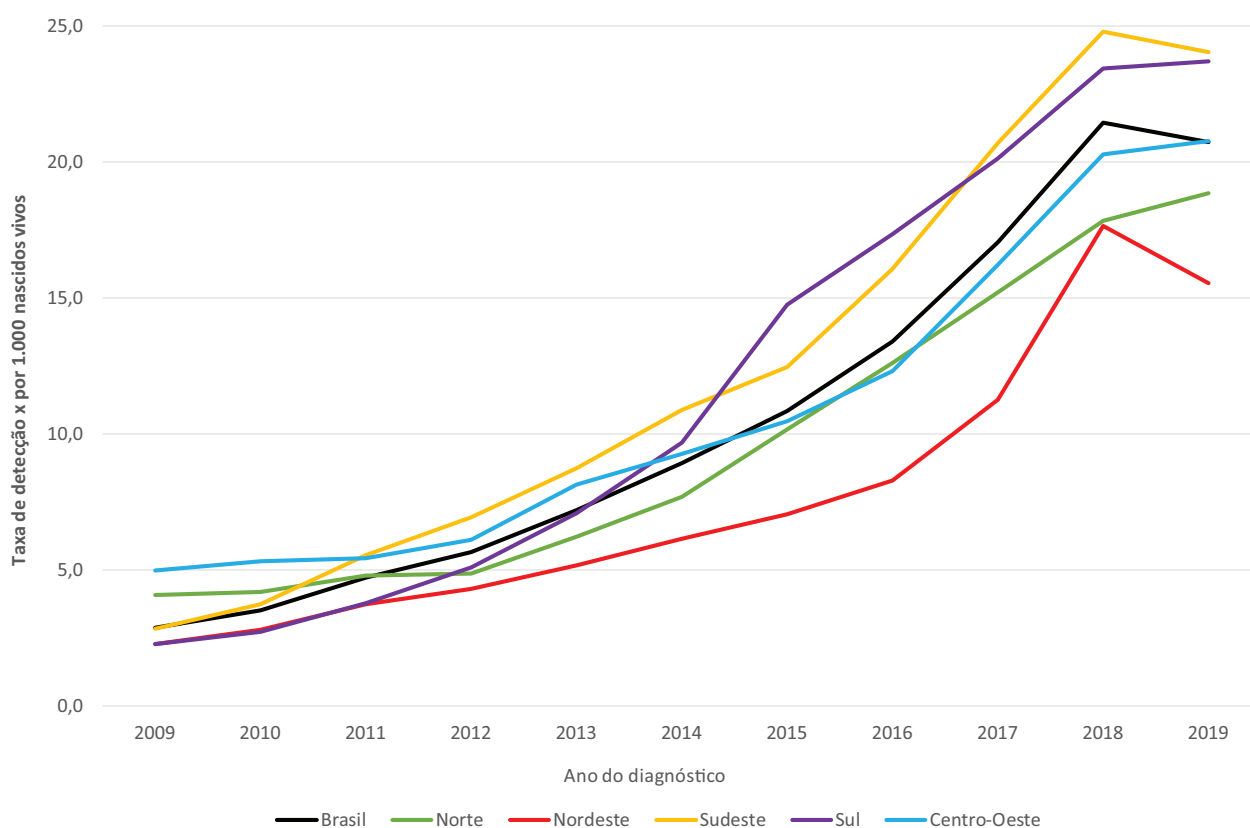
FIGURA 10 Distribuição proporcional de casos de sífilis adquirida segundo escolaridade e ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2019

Sífilis em gestantes

No período de 2005 a junho de 2020, foram notificados no Sinan 384.411 casos de sífilis em gestantes, dos quais 45,3% eram residentes na região Sudeste, 20,9% na região Nordeste, 14,8% na região Sul, 10,2% na região Norte e 8,8% na região Centro-Oeste.

Em 2019, o número total de casos notificados no Brasil foi de 61.127, o que representa uma redução de 3,3% em relação ao ano anterior, dos quais 27.585 (45,1%) eram residentes no Sudeste, 13.026 (21,3%) no Nordeste, 9.383 (15,4%) no Sul, 6.026 (9,9%) no Norte e 5.107 (8,4%) no Centro-Oeste. De 2018 para 2019, o número de notificações apresentou diminuição nas regiões Nordeste e Sudeste e aumento nas regiões Sul, Norte e Centro Oeste, conforme a Tabela 4.

Em 2019, no Brasil, observou-se uma taxa de detecção de 20,8 casos de sífilis em gestantes por mil nascidos vivos (3,3% inferior à taxa observada no ano anterior). As taxas de detecção das regiões Sudeste (24,0/1.000 nascidos vivos) e Sul (23,7/1.000 nascidos vivos) foram superiores à nacional, e no Centro-Oeste a taxa apresentou-se igual à taxa brasileira (20,8/1.000 nascidos vivos). No último ano, constata-se que as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste apresentaram aumento em suas taxas de detecção, e que as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram diminuição, conforme a Figura 11 e a Tabela 4.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 11 Taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por região e ano de diagnóstico. Brasil, 2009 a 2019

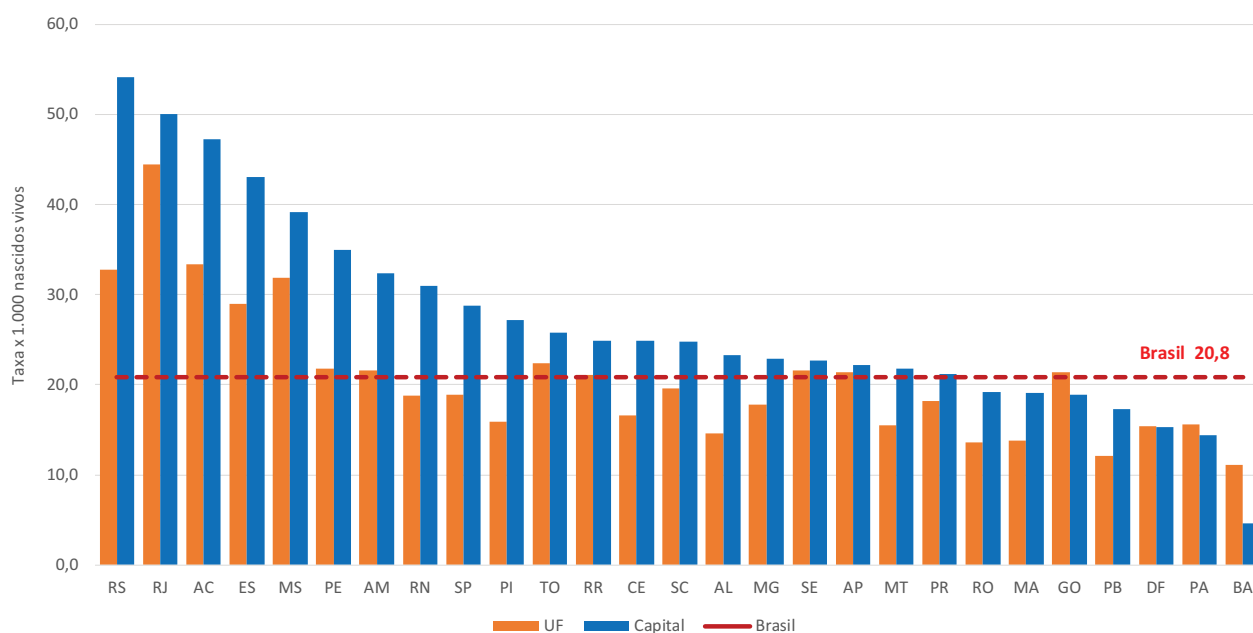
Ainda em relação às UF, a taxa de detecção mais elevada, em 2019, foi observada no Rio de Janeiro (44,5 casos/1.000 nascidos vivos, com incremento de 4,7% em relação ao ano anterior), e a mais baixa, na Bahia (11,1 casos/1.000 nascidos vivos, com redução de 70,1% na comparação com 2018). Doze estados brasileiros apresentaram taxa de detecção em gestantes acima da taxa nacional: Rio de Janeiro (44,5/1.000 nascidos vivos), Acre (33,4/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Sul (32,8/1.000 nascidos vivos), Mato Grosso do Sul (31,8/1.000 nascidos vivos), Espírito Santo (29,0/1.000 nascidos vivos), Tocantins (25,1/1.000 nascidos vivos), Pernambuco (22,4/1.000 nascidos vivos), Sergipe (21,6/1.000 nascidos vivos), Amazonas (21,5/1.000 nascidos vivos), Amapá e Goiás (21,4/1.000 nascidos vivos) e Roraima (21,1/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 12 e a Tabela 4.

Com relação às capitais, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Rio Branco, Vitória, Campo Grande, Recife, Manaus, Natal, São Paulo, Teresina, Palmas, Boa Vista, Fortaleza, Florianópolis, Maceió, Belo Horizonte, Aracaju, Macapá, Cuiabá e Curitiba apresentaram as maiores taxas de detecção de sífilis em gestantes em 2019, todas superiores

à taxa nacional, com destaque para as taxas de Porto Alegre (54,2 casos/1.000 nascidos vivos), do Rio de Janeiro (50,1 casos/1.000 nascidos vivos) e de Rio Branco (47,3 casos/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 12.

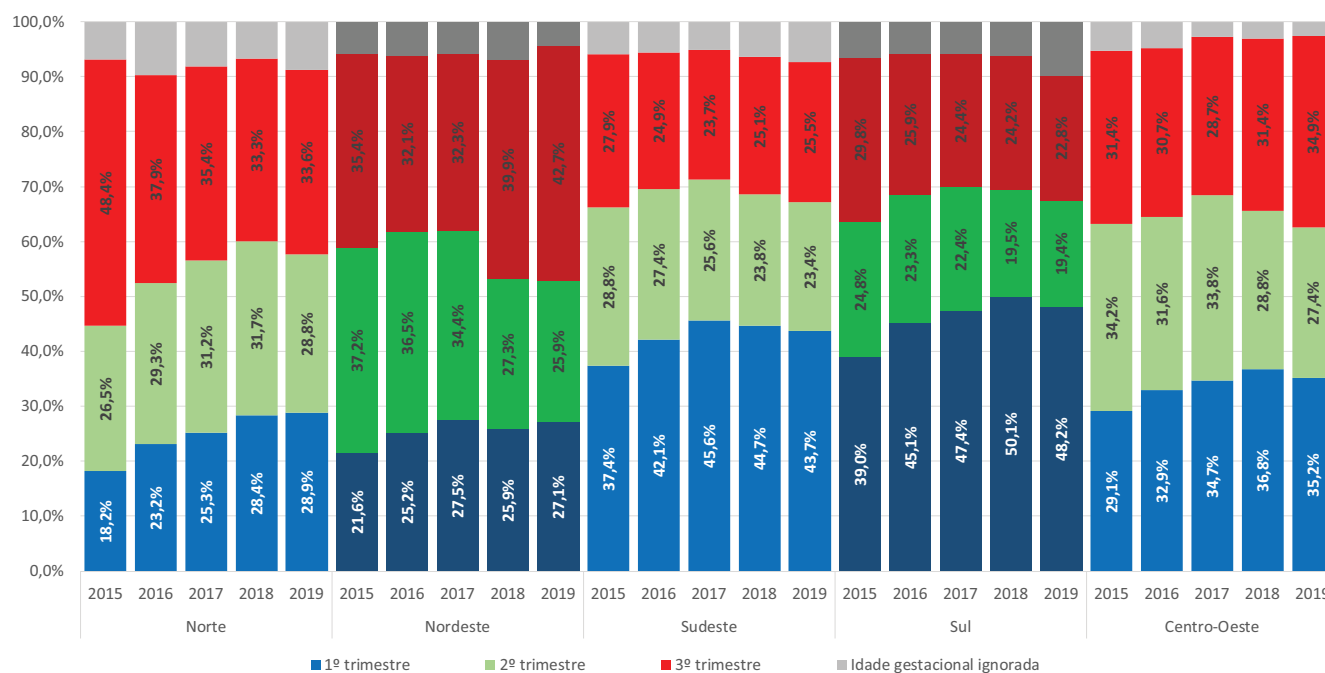
Quando analisada a idade gestacional de detecção de sífilis em gestantes, observou-se que, em 2019, a maior proporção das mulheres (38,7%) foi diagnosticada no primeiro trimestre, ao passo que 24,2% representaram diagnósticos realizados no segundo trimestre, e 30,4%, no terceiro trimestre. Ressalta-se que vem ocorrendo melhora no preenchimento dessa informação nas fichas de notificação: a opção “idade gestacional ignorada”, que era preenchida em 8,7% dos casos notificados em 2008, caiu para 6,5% no ano de 2019, conforme a Tabela 5.

Quando observado o diagnóstico de sífilis em gestantes segundo idade gestacional por regiões, no ano de 2019, nota-se que o diagnóstico no primeiro trimestre ocorre com maior proporção nas regiões Sul (48,2%) e Sudeste (43,7%), e com menor proporção nas regiões Nordeste (27,1%) e Norte (28,9%). Todas as regiões, nos últimos cinco anos, vêm apresentando aumento do diagnóstico da sífilis no primeiro trimestre da gestação, conforme a Figura 13.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 12 Taxas de detecção de sífilis em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capitais. Brasil, 2019



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 13 Idade gestacional no momento do diagnóstico de sífilis, segundo região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2015 a 2019

No Brasil, considerando o ano de 2019, observou-se que 55,7% das gestantes diagnosticadas com sífilis encontravam-se na faixa etária de 20 a 29 anos, 24,0% na de 15 a 19 anos e 17,4% na de 30 a 39 anos. Desde 2005, a proporção de diagnóstico de sífilis em gestantes entre 30 e 39 anos era superior à daquelas entre 15 a 19 anos, tendo-se observado uma inversão dessa relação a partir de 2011 (Tabela 5).

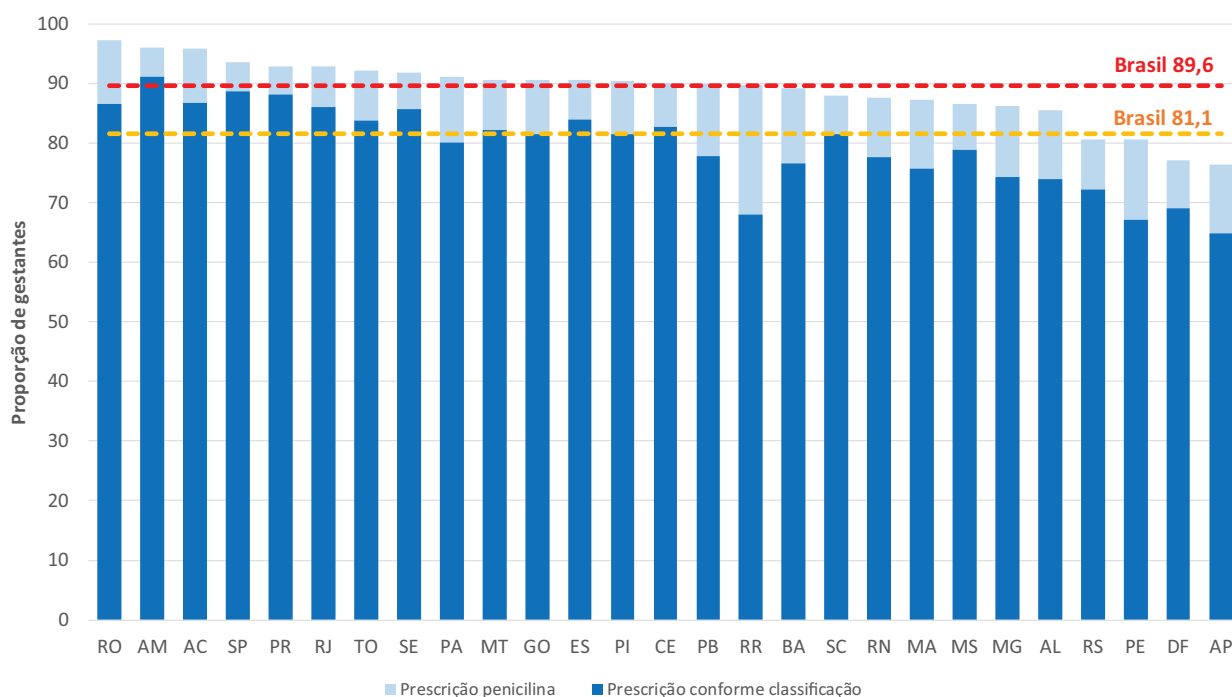
Quanto à escolaridade, 26,7% dessa informação foi registrada como “ignorada” em 2019. Além disso, 24,5% não possuíam ensino fundamental completo, 25,3% concluíram o ensino fundamental mas não concluíram o ensino médio e 23,5% completaram o ensino médio (Tabela 5).

Sobre o critério raça/cor, identificou-se que, em 2019, 51,2% das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis eram pardas, 28,6% brancas e 11,9% pretas. Se somadas as mulheres pretas e pardas, o percentual foi de 63,1%. Observou-se melhora no preenchimento da variável raça/cor, cuja proporção de “ignorados” passou de 10,5% em 2008 para 6,9% em 2019. Em 2019, as mulheres indígenas e amarelas representaram 1,5% do total de gestantes com sífilis (Tabela 5).

Com relação ao tratamento, em 2019, 89,6% das prescrições foram de penicilina benzatina (pelo menos uma dose) e 1,4% referiram-se a outros esquemas. Em 5,5% dos casos não houve tratamento e em 3,5% não constou informação sobre o tratamento (“ignorado”). As proporções de prescrição de penicilina na estratificação por UF variaram de 97,3% em Rondônia a 76,4% no Amapá, conforme a Figura 14 e a Tabela 6.

Em 2019, as UF com as maiores proporções de gestantes com informação de tratamento não realizado foram Rio Grande do Sul (10,0%), Pernambuco (9,1%) e Rio Grande do Norte (8,7% cada) como observado na Tabela 6.

Quando analisadas as formas de tratamento, em 2019, observa-se que 81,5% tiveram tratamento prescrito de acordo com a classificação clínica da doença. Amazonas (91,1%), São Paulo (88,6%) e Paraná (88,1%) foram os estados com maiores proporções de tratamento prescrito de acordo com a classificação, enquanto no Amapá (64,9%), Pernambuco (67,2%) e Roraima (68,0%) essa proporção foi menor (Figura 14 e Tabela 6). Há limitações nessas informações, pois não se pode garantir que os dados sobre a classificação clínica da doença informada estejam condizentes com sua real fase, uma vez que se observa, em 2019, que 25,1% das gestantes foram classificadas como portadoras de sífilis primária (Tabela 6).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020

FIGURA 14 Percentual de gestantes com sífilis com tratamento prescrito de pelo menos uma dose de penicilina benzatina e conforme classificação clínica, segundo Unidade da Federação. Brasil, 2019

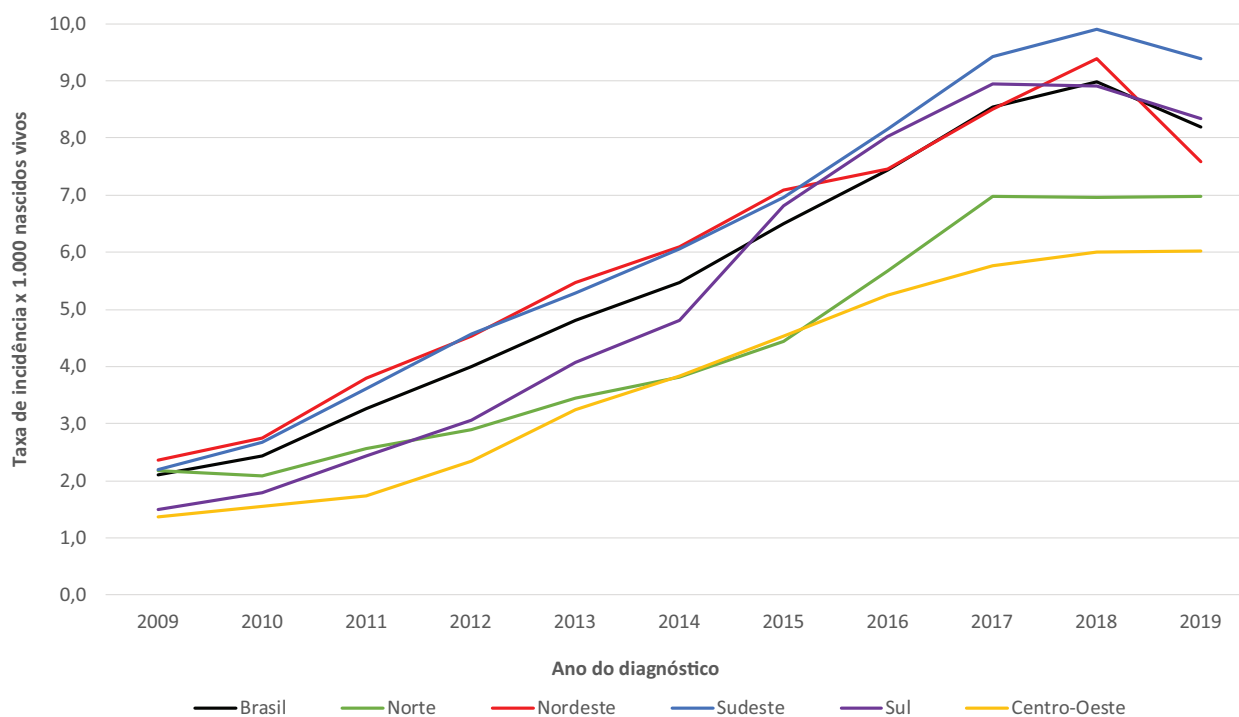
Sífilis congênita

De 1998 a junho de 2020, foram notificados no Sinan 236.355 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, dos quais 105.084 (44,5%) eram residentes na região Sudeste, 70.478 (29,8%) no Nordeste, 27.269 (11,5%) no Sul, 20.159 (8,5%) no Norte e 13.365 (5,7%) no Centro-Oeste (Tabela 8).

Em 2019, foram notificados 24.130 casos, a maioria dos quais (44,6%) residiam no Sudeste, seguido pelo Nordeste (26,3%), Sul (13,7%), Norte (9,2%) e Centro-Oeste (6,1%). De 2018 para 2019, houve redução de 8,7% no número de notificações no Brasil. Com relação às regiões, a maior redução ocorreu na região Nordeste (19,1%), seguida das regiões Sul (6,4%) e Sudeste (5,3%).

As regiões Norte e Centro-Oeste tiveram discreto aumento no número de casos notificados: em 2019, ambas apresentaram aumento de 0,3% em relação a 2018 (Tabela 8).

Em 2019, observou-se uma taxa de incidência de 8,2 casos/1.000 nascidos vivos no Brasil, com a maior taxa na região Sudeste (9,4 casos/1.000 nascidos vivos), seguida da região Sul (8,3 casos/1.000 nascidos vivos), ambas acima da taxa nacional. Abaixo da taxa nacional estão as regiões Nordeste (7,6 casos/1.000 nascidos vivos), Norte (7,0 casos/1.000 nascidos vivos) e Centro-Oeste (6,0 casos/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 15 e a Tabela 8.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 15 Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2008 a 2019

Entre os anos de 2018 e 2019, as UF que apresentaram aumentos mais expressivos nas taxas de incidência foram Sergipe (47,0%) e Amapá (34,4%). Por outro lado, Bahia e Rondônia foram as UF que tiveram as maiores reduções nessa taxa: 50,7% e 34,7%, respectivamente (Tabela 8).

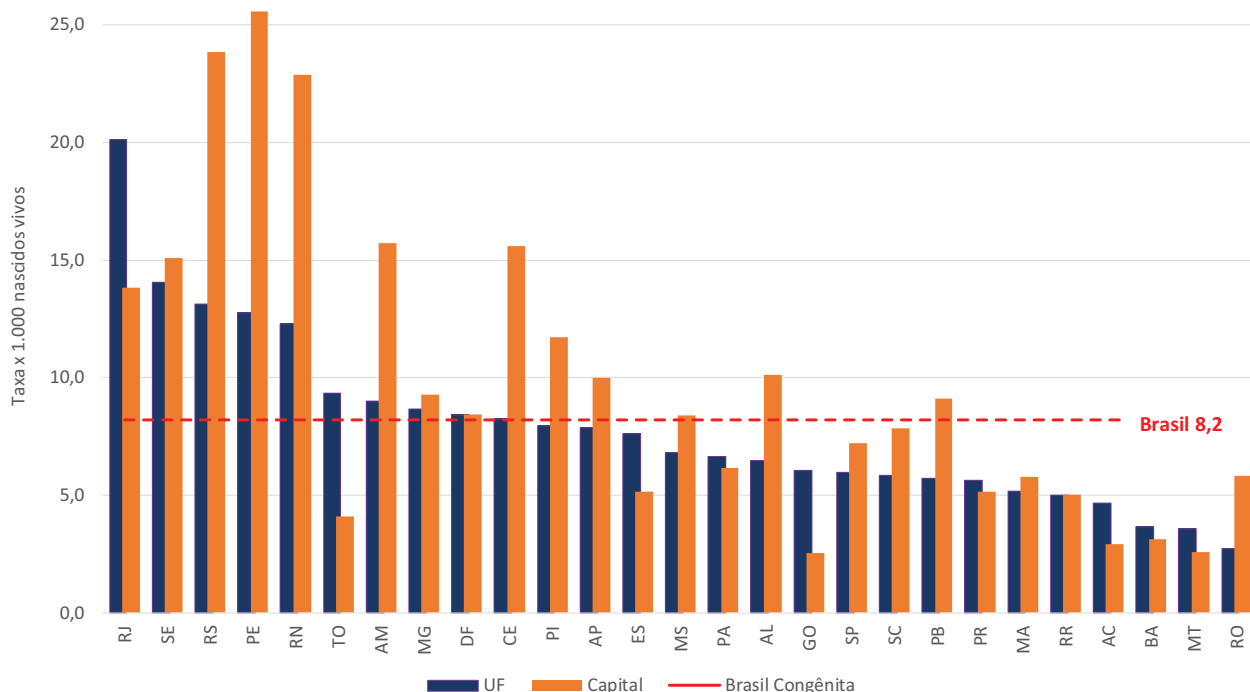
No Brasil, em geral, nos últimos dez anos, houve um progressivo aumento na taxa de incidência de sífilis congênita: em 2009, a taxa era de 2,1 casos/1.000 nascidos vivos e em 2018 chegou a 9,0 casos/1.000 nascidos vivos, reduzindo-se para 8,2 casos/1.000 nascidos vivos em 2019, conforme a Tabela 8.

Em 2019, dez UF apresentaram taxas de incidência de sífilis congênita superiores à taxa nacional (8,2 casos/1.000 nascidos vivos): Rio de Janeiro (20,1 casos/1.000 nascidos vivos), Sergipe (14,1 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Sul (13,1 casos/1.000 nascidos vivos), Pernambuco (12,7 casos/1.000 nascidos vivos), Rio Grande do Norte (12,3 casos/1.000 nascidos vivos), Tocantins (9,3 casos/1.000 nascidos vivos), Amazonas (9,0 casos/1.000 nascidos vivos), Minas Gerais

(8,7 casos/1.000 nascidos vivos), Distrito Federal (8,4 casos/1.000 nascidos vivos) e Ceará (8,3 casos/1.000 nascidos vivos), conforme a Figura 16 e a Tabela 8.

Dentre as capitais, Recife e Porto Alegre foram as que apresentaram as maiores taxas de incidência em 2019, tal como em 2018: 25,6 e 23,8 casos/1.000 nascidos vivos, respectivamente, taxas que representam mais de três vezes a taxa do Brasil. Além dessas, outras doze capitais estão acima da média nacional (8,2/1.000 nascidos vivos): Rio de Janeiro (13,8/1.000 nascidos vivos), Aracaju (15,1/1.000 nascidos vivos), Natal (22,9/1.000 nascidos vivos), Amazonas (15,7/1.000 nascidos vivos), Belo Horizonte (9,3/1.000 nascidos vivos), Brasília (8,4/1.000 nascidos vivos), Fortaleza (15,6/1.000 nascidos vivos), Teresina (11,7/1.000 nascidos vivos), Macapá (10,0/1.000 nascidos vivos), Campo Grande (8,4/1.000 nascidos vivos), Maceió (10,1/1.000 nascidos vivos) e João Pessoa (9,1/1.000 nascidos vivos), segundo a Figura 16.

Conforme observado a partir do ano passado, ao se compararem as taxas de detecção de sífilis em gestantes com as taxas de incidência de sífilis congênita em cada



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

FIGURA 16 Taxas de incidência de sífilis congênita (por 1.000 nascidos vivos) segundo UF e capital. Brasil, 2019

uma das capitais, nota-se que, em 2019, nenhuma capital apresentou taxa de incidência de sífilis congênita maior do que a taxa de detecção de sífilis em gestantes, de acordo com a Figura 4.

Em 2019, do total de 24.253 casos, houve 23.864 (98,4%) casos de sífilis congênita em neonatos (até 28 dias de vida), dos quais 23.396 (96,5%) foram diagnosticados na primeira semana de vida. Quanto ao diagnóstico final dos casos, observou-se que 93,5% foram classificados como sífilis congênita recente, 3,7% como aborto por sífilis, 2,5% como natimorto e 0,2% como sífilis congênita tardia (Tabela 9).

Com relação à evolução dos casos, nota-se redução do percentual de desfechos desfavoráveis ao longo dos anos. Em 2019, do total de 24.253 casos, 88,8% das crianças com sífilis congênita estavam vivas e 8,1% apresentaram algum desfecho desfavorável, dos quais 1,2% foram classificados como óbito por sífilis congênita, 0,7% como óbito por outras causas, 3,7% como aborto e

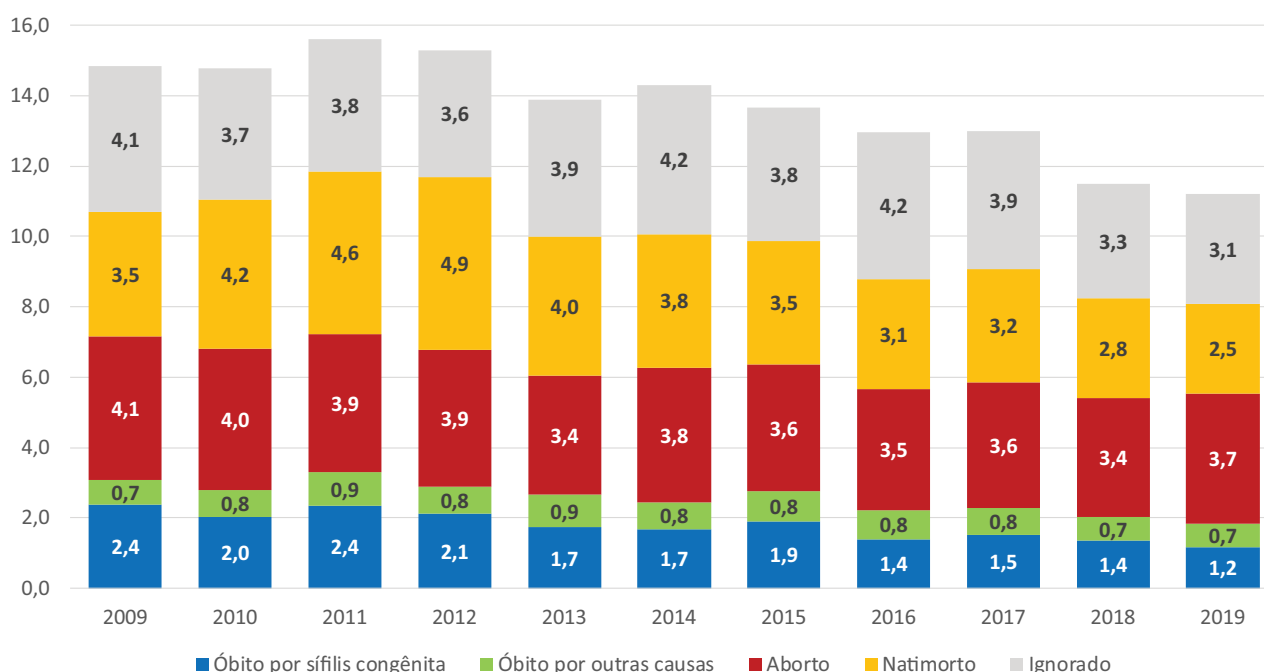
2,5% como natimorto, e 3,1% tiveram evolução ignorada (Figura 17 e Tabela 9).

Os maiores percentuais de casos de sífilis congênita em 2019 ocorreram em crianças cujas mães tinham entre 20 e 29 anos de idade (55,1%), seguidas daquelas nas faixas de 15 a 19 anos (22,3%) e de 30 a 39 anos (17,6%), conforme a Tabela 10.

Quanto à escolaridade materna, observou-se que a maior parte das mães possuía da 5ª à 8ª série incompleta (20,7%) e que, em 27,6% dos casos, essa informação foi classificada como ignorada (Tabela 10).

Em relação à raça/cor das mães das crianças com sífilis congênita, a maioria delas se declararam como pardas (58,1%), seguidas das brancas (23,9%) e pretas (9,0%), conforme a Tabela 10.

No que concerne ao acesso ao pré-natal, em 2019, 83,1% das mães de crianças com sífilis congênita



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), atualizado em 30/06/2020.

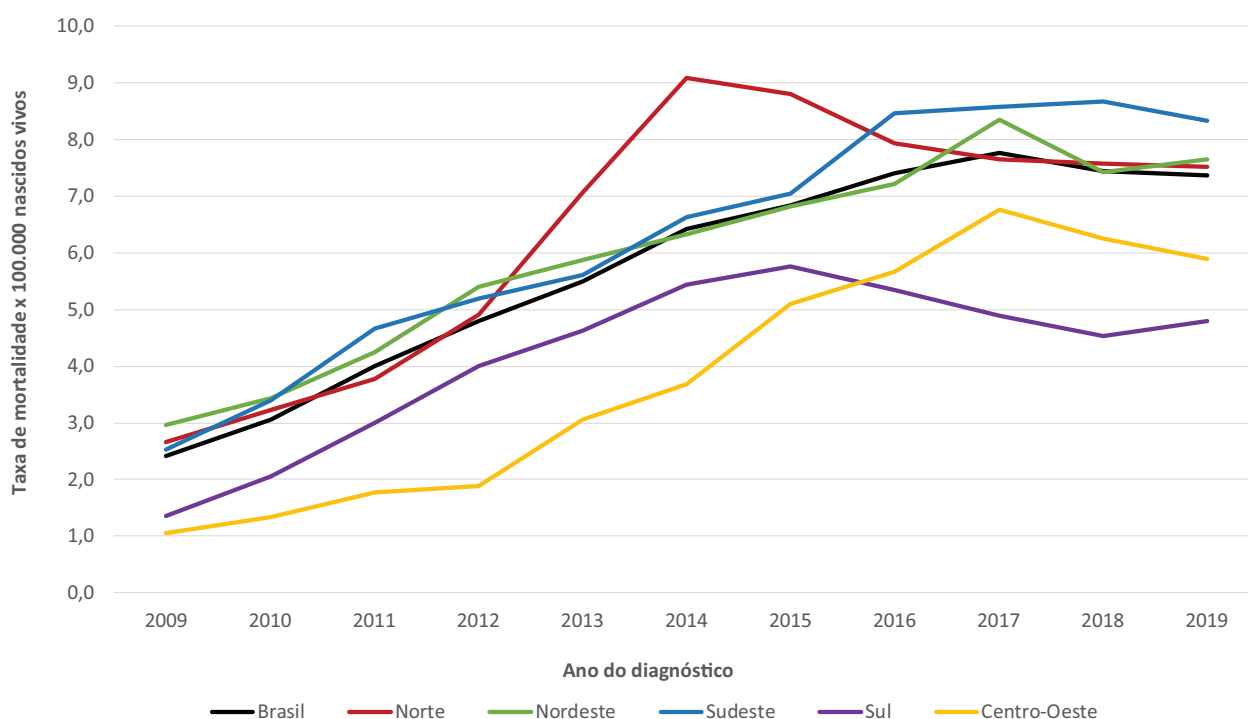
FIGURA 17 Percentual de casos de sífilis congênita por tipo de desfecho desfavorável segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2009 a 2019

fizeram pré-natal, enquanto 11,9% não o fizeram e 4,9% apresentaram informação ignorada. Em relação ao momento do diagnóstico, 58,6% tiveram diagnóstico de sífilis durante o pré-natal, 31,5% no momento do parto/curetagem, 5,1% após o parto e 0,7% não tiveram diagnóstico, sendo que 4,1% têm essa informação ignorada (Tabela 10).

Quanto à mortalidade infantil (em menores de um ano de idade) por sífilis congênita, no período de 1998 a 2019, o número de óbitos declarados no SIM foi de 2.768, sendo 1.210 (43,7%) na região Sudeste (dos quais 774 foram registrados somente no estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 28,0% do total de óbitos do país), 856 (30,9%) no Nordeste, 308 (11,1%) no Norte, 262 (9,5%) no Sul e 132 (4,8%) no Centro-Oeste, conforme a Tabela 11.

Em 2019, foi declarado no SIM um total de 173 óbitos por sífilis em crianças menores de um ano, o que corresponde a um coeficiente de mortalidade de 5,9 por 100 mil nascidos vivos. Em relação à região de residência, verificou-se um coeficiente de 6,9 por 100 mil nascidos vivos para o Sudeste, 5,6 para o Norte, 5,5 para o Nordeste, 4,9 para o Centro-Oeste e 4,5 para o Sul, segundo a Tabela 11.

No Brasil, nos últimos dez anos, o coeficiente de mortalidade infantil por sífilis suavizado pelas médias móveis passou de 2,4/100.000 nascidos vivos em 2009 para 7,4 /100.000 nascidos vivos em 2019, conforme a Figura 18.

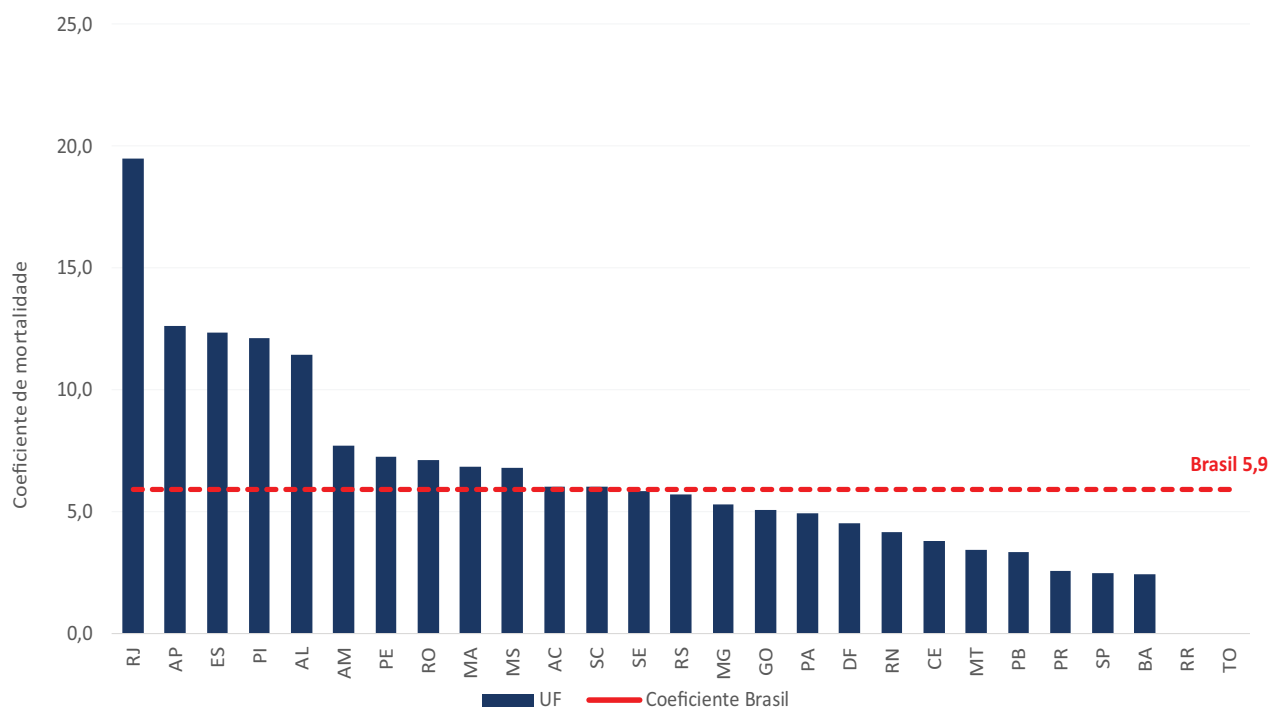


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2019.
Nota: taxas suavizadas pelo método de médias móveis.

FIGURA 18 Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo região de residência. Brasil, 2008 a 2019

As UF com os maiores coeficientes de mortalidade por sífilis congênita em menores de um ano por 100.000 nascidos vivos, em 2019 (acima do coeficiente de mortalidade nacional), foram Rio de Janeiro (19,5),

Amapá (12,6), Espírito Santo (12,3), Piauí (12,1), Alagoas (11,4), Amazonas (7,7), Pernambuco (7,2), Rondônia (7,1), Maranhão (6,8), Mato Grosso do Sul (6,8), Acre (6,0) e Santa Catarina (6,0), conforme a Figura 19.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), atualizado em 31/12/2019.

FIGURA 19 Coeficiente de mortalidade infantil por sífilis congênita (por 100.000 nascidos vivos) segundo UF residência. Brasil, 2018

Tabelas

Tabela 2 – Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2020^(1,2,3)

UF/Região de residência	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº
Brasil	3925	2,1	18207	9,5	27913	14,4	39315	19,7	50544	25,1	69307	34,1	91201	44,5	122097	59,0	158966	76,2	152915	72,8	49154	72,8	783544
Norte	157	1,0	515	3,2	855	5,2	1479	8,7	1739	10,1	2185	12,5	4083	23,1	6111	34,1	9958	54,8	10621	57,6	3285	57,6	40988
Rorodônia	14	0,9	45	2,9	62	3,9	116	7,0	187	11,1	309	18,2	682	39,7	744	42,8	1097	62,4	845	47,5	462	47,5	4563
Acre	5	0,7	7	0,9	5	0,7	26	3,2	46	5,6	84	10,1	142	16,8	318	37,1	487	56,0	302	34,2	86	34,2	1508
Amazonas	92	2,6	280	7,9	603	16,8	944	25,2	858	22,5	771	19,8	1069	27,0	1714	42,7	3321	81,4	4441	107,2	1297	107,2	15390
Roraima	0	-	6	1,3	7	1,5	5	1,0	43	8,6	104	20,3	255	48,5	186	34,0	640	111,0	648	107,0	219	107,0	2113
Pará	38	0,5	139	1,8	125	1,6	233	2,9	393	4,8	472	5,7	1045	12,5	1743	20,7	2661	31,3	2577	30,0	635	30,0	10061
Amapá	1	0,1	2	0,3	1	0,1	29	3,9	33	4,3	78	10,0	184	23,1	265	32,6	414	49,9	480	56,8	118	56,8	1605
Tocantins	7	0,5	36	2,6	52	3,7	126	8,6	179	12,1	367	24,4	706	46,4	1141	74,2	1338	86,0	1328	84,4	468	84,4	5148
Nordeste	359	0,7	2041	3,8	2511	4,7	3364	6,1	4308	7,8	6800	12,2	10415	18,6	15532	27,5	26619	46,9	24163	42,3	6106	42,3	102218
Maranhão	10	0,2	19	0,3	53	0,8	100	1,5	300	4,4	582	8,4	851	12,2	1255	17,9	1771	25,2	1653	23,4	520	23,4	7114
Piauí	4	0,1	74	2,4	42	1,3	74	2,3	114	3,5	146	4,5	232	7,1	359	11,0	820	25,1	1105	33,8	251	33,8	3221
Ceará	191	2,3	641	7,5	489	5,7	497	5,7	499	5,6	650	7,3	1079	12,0	1744	19,3	2762	30,4	2938	32,2	951	32,2	12441
Rio Grande do Norte	15	0,5	138	4,3	274	8,5	317	9,5	358	10,6	589	17,4	857	25,0	1413	40,9	1696	48,7	1751	49,9	665	49,9	8073
Paraíba	15	0,4	124	3,3	129	3,4	143	3,7	148	3,8	296	7,5	265	6,7	1016	25,6	1562	39,1	1718	42,8	383	42,8	5799
Pernambuco	22	0,3	388	4,4	392	4,4	368	4,0	459	5,0	1244	13,4	2441	26,0	3166	33,6	7562	79,6	7673	80,3	1639	80,3	25354
Alagoas	9	0,3	21	0,7	39	1,2	54	1,7	75	2,3	97	3,0	268	8,1	482	14,6	531	16,0	400	12,0	114	12,0	2090
Sergipe	12	0,6	305	14,6	512	24,3	915	42,1	931	42,4	978	44,1	853	38,1	1137	50,4	799	35,1	563	24,5	200	24,5	7205
Bahia	81	0,6	331	2,3	581	4,1	896	6,2	1424	9,8	2218	15,2	3569	24,3	4960	33,6	9116	61,5	6362	42,8	1383	42,8	30921
Sudeste	2572	3,2	13210	16,3	19368	23,7	26580	31,5	32177	37,9	39270	45,8	49472	57,3	63221	72,6	72346	82,5	70291	79,5	24255	79,5	412762
Minas Gerais	161	0,8	778	3,9	1563	7,9	2288	11,2	3379	16,5	5615	27,2	7498	36,1	10829	51,8	14381	68,3	14959	70,7	5826	70,7	67277
Espírito Santo	118	3,4	948	26,7	1503	42,0	2004	53,6	2303	60,9	2503	65,3	3398	87,6	3563	90,8	4545	114,4	4705	117,1	1783	117,1	27373
Rio de Janeiro	1204	7,5	1462	9,1	1810	11,2	3239	19,5	3044	18,2	4162	24,7	7290	43,0	11985	70,3	15579	90,8	16487	95,5	4821	95,5	71083
São Paulo	1089	2,6	10022	24,1	14492	34,6	19049	43,8	23451	53,4	26990	60,8	31286	69,9	36844	81,6	37841	83,1	34140	74,3	11825	74,3	247029
Sul	321	1,2	1581	5,7	3952	14,3	6142	21,5	10220	35,5	17343	59,7	21725	74,1	29992	99,2	37236	125,1	35554	118,6	10961	118,6	174327
Paraná	79	0,8	436	4,1	804	7,6	1407	12,9	2325	21,1	4248	38,3	5494	49,2	7739	68,7	9978	87,9	10583	92,6	2797	92,6	45890
Santa Catarina	51	0,8	261	4,1	561	8,8	1425	21,5	2020	30,1	3137	46,1	5474	79,4	8460	121,1	11744	166,0	10107	141,1	2880	141,1	46120
Rio Grande do Sul	191	1,8	884	8,2	2587	24,0	3310	29,9	5875	52,8	9958	89,1	10757	95,8	13093	116,1	15514	136,9	14864	130,6	5284	130,6	82317
Centro-Oeste	516	3,7	860	6,0	1227	8,5	1750	11,7	2100	13,8	3709	24,0	5506	35,2	7941	50,0	12807	79,6	12286	75,4	4547	75,4	53249
Mato Grosso do Sul	366	14,9	529	21,4	819	32,7	1062	41,0	1101	42,0	1132	42,7	1395	51,9	3012	110,9	4481	163,1	3226	116,1	1013	116,1	18136
Mato Grosso	23	0,8	129	4,2	156	5,0	219	6,8	325	9,9	674	20,3	819	24,4	978	28,8	1754	51,0	1796	51,5	658	51,5	7531
Goiás	104	1,7	143	2,4	184	3,0	333	5,2	474	7,3	1149	17,3	1916	28,5	2415	35,4	4816	69,6	5310	75,7	1978	75,7	18822
Distrito Federal	23	0,9	59	2,3	68	2,6	136	4,9	200	7,1	754	26,5	1376	47,6	1536	52,4	1756	59,0	1954	64,8	898	64,8	8760

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2020. (2) Notificação compulsória a partir de agosto de 2010. (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Tabela 3 - Casos de sífilis adquirida segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2020^(1,2)

Variáveis	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sexo																								
Masculino	2457	62,6	10985	60,3	17034	61,0	23439	59,6	30459	60,3	4756	60,2	54112	59,3	71757	58,8	94737	59,6	91361	59,7	30756	62,6	468853	59,8
Feminino	1468	37,4	7220	39,7	10873	39,0	15868	40,4	20060	39,7	27536	39,7	37052	40,6	50293	41,2	64151	40,4	61402	40,2	18337	37,3	314260	40,1
Ignorado	0	0,0	2	0,0	6	0,0	8	0,0	25	0,0	15	0,0	37	0,0	47	0,0	78	0,0	152	0,1	61	0,1	431	0,1
Total	3925	100,0	18207	100,0	27913	100,0	39315	100,0	50544	100,0	69307	100,0	91201	100,0	122097	100,0	158966	100,0	152915	100,0	49154	100,0	783544	100,0
Razão de sexos	2	-	2	-	2	-	1	-	2	-	2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	2	-	1	-
Faixa etária																								
13 a 19 anos	319	8,1	1287	7,1	2273	8,1	3420	8,7	4800	9,5	7070	10,2	9879	10,8	13619	11,2	16850	10,6	16129	10,5	5277	10,7	80923	10,3
20 a 29 anos	1175	29,9	4925	27,1	7867	28,2	11338	28,8	16103	31,9	23001	33,2	31170	34,2	43030	35,2	56259	35,4	55402	36,2	19062	38,8	269332	34,4
30 a 39 anos	1010	25,7	4123	22,6	6396	22,9	9088	23,1	11543	22,8	15593	22,5	20779	22,1	26530	21,7	34457	21,7	33383	21,8	10972	22,3	173274	22,1
40 a 49 anos	707	18,0	3458	19,0	4997	17,9	6654	16,9	7824	15,5	10113	14,6	12669	13,9	16473	13,5	21796	13,7	20444	13,4	6294	12,8	111429	14,2
50 anos ou mais	714	18,2	4414	24,2	6380	22,9	8815	22,4	10274	20,3	13330	19,5	17304	19,0	22445	18,4	29604	18,6	27557	18,0	7549	15,4	148586	19,0
Total	3925	100,0	18207	100,0	27913	100,0	39315	100,0	50544	100,0	69307	100,0	91201	100,0	122097	100,0	158966	100,0	152915	100,0	49154	100,0	783544	100,0
Escolaridade^{b)}																								
Analfabeto	54	1,4	295	1,6	391	1,4	548	1,4	654	1,3	828	1,2	1080	1,2	1397	1,1	1882	1,2	1680	1,1	399	0,8	9208	1,2
1ª à 4ª série incompleta	218	5,6	1467	8,1	2173	7,8	2792	7,1	3220	6,6	4016	5,8	4873	5,3	6692	5,5	8524	5,4	7291	4,8	1976	4,0	43342	5,5
4ª série completa	167	4,3	1000	5,5	1387	5,0	1762	4,5	2127	4,2	2593	3,7	3191	3,5	4120	3,4	5278	3,3	4619	3,0	1358	2,8	27602	3,5
5ª à 8ª série incompleta	425	10,8	2445	13,4	3722	13,3	5309	13,5	6841	13,5	8665	12,5	11327	12,4	14467	11,8	17982	11,3	16167	10,6	4747	9,7	92097	11,8
Ensino fundamental completo	315	8,0	1737	9,5	2401	8,6	3371	8,6	4144	8,2	5621	8,1	6867	7,5	9446	7,7	12253	7,7	11647	7,6	3592	7,3	61394	7,8
Ensino médio incompleto	186	4,7	1159	6,4	1871	6,7	2840	7,2	3923	7,8	5748	8,3	7879	8,6	10864	8,9	14705	9,3	14389	9,4	4710	9,6	68274	8,7
Ensino médio completo	435	11,1	2546	14,0	4380	15,7	6192	15,7	8130	16,1	11376	16,4	15313	16,8	20883	17,1	28716	18,1	29923	19,6	10703	21,8	138597	17,7
Superior incompleto	62	1,6	383	2,1	759	2,7	1099	2,8	1557	3,1	2241	3,2	2993	3,3	4004	3,3	5075	3,2	5155	3,4	1825	3,7	25153	3,2
Superior completo	112	2,9	569	3,1	1064	3,8	1413	3,6	2026	4,0	2669	3,9	3367	3,7	4664	3,8	6197	3,9	6699	4,4	2494	5,1	31274	4,0
Não se aplica	0	0,0	7	0,0	11	0,0	13	0,0	14	0,0	22	0,0	30	0,0	47	0,0	64	0,0	63	0,0	17	0,0	288	0,0
Ignorado	1951	49,7	6599	36,2	9754	34,9	13976	35,5	17808	35,2	25228	36,8	34281	37,6	45513	37,3	58290	36,7	55282	36,2	17333	35,3	286315	36,5
Total	3925	100,0	18207	100,0	27913	100,0	39315	100,0	50544	100,0	69307	100,0	91201	100,0	122097	100,0	158966	100,0	152915	100,0	49154	100,0	783544	100,0
Raça/cor																								
Branca	1205	30,7	7060	38,8	10816	38,7	15448	39,3	20090	39,7	27564	39,8	34955	38,3	46791	38,3	57691	36,3	54001	35,3	17735	36,1	293356	37,4
Preta	338	8,6	1657	9,1	2604	9,3	3483	8,9	4633	9,2	6402	9,2	8546	9,4	11902	9,7	16395	10,3	15595	10,2	5288	10,8	76843	9,8
Amarela	22	0,6	87	0,5	148	0,5	214	0,5	318	0,6	427	0,6	570	0,6	1002	0,8	1422	0,9	1257	0,8	627	1,3	6094	0,8
Parda	995	25,4	5688	31,2	8566	30,7	12397	31,5	16230	32,1	21624	31,2	30355	33,3	42131	34,5	58407	36,7	58256	38,1	19397	39,5	274046	35,0
Indígena	34	0,9	119	0,7	145	0,5	167	0,4	216	0,4	288	0,4	497	0,5	665	0,5	1089	0,7	755	0,5	215	0,4	4190	0,5
Ignorado	1331	33,9	3596	19,8	5634	20,2	7606	19,3	9057	17,9	13002	18,8	16278	17,8	19606	16,1	23962	15,1	23051	15,1	5892	12,0	129015	16,5
Total	3925	100,0	18207	100,0	27913	100,0	39315	100,0	50544	100,0	69307	100,0	91201	100,0	122097	100,0	158966	100,0	152915	100,0	49154	100,0	783544	100,0

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2020. (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (3) A partir de 2007, houve alterações para as categorias dessa variável.

Tabela 4 - Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2020^(1,2,3)

UF/Região de residência	2005-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019 ⁽⁴⁾		2020	Total
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	
Brasil	18897	8374	2,9	10070	3,5	13748	4,7	16432	5,7	20905	7,2	26616	8,9	32775	10,9	38280	13,4	49816	17,0	63182	21,5	61127	20,8	24189	20,8	38441
Norte	3197	1269	4,1	1292	4,2	1513	4,8	1499	4,9	1952	6,2	2479	7,7	3270	10,2	3879	12,6	4754	15,2	5703	17,9	6026	18,9	2507	25,07	39340
Rorônia	82	38	1,5	54	2,1	84	3,0	89	3,4	112	4,1	181	6,6	181	6,5	240	9,0	287	10,4	339	12,1	383	13,6	195	22,65	
Acre	135	63	3,7	42	2,5	93	5,2	91	5,4	110	6,4	228	13,3	302	17,8	326	20,7	425	26,0	627	37,9	552	33,4	211	32,05	
Amazonas	755	235	3,1	201	2,7	230	3,0	286	3,7	416	5,3	484	6,0	959	12,0	1358	17,7	1576	20,2	1593	20,4	1682	21,5	720	10,495	
Roraima	84	27	2,8	22	2,3	21	2,1	66	6,2	79	7,3	70	6,3	100	8,8	133	11,7	87	7,4	195	14,6	281	21,1	133	12,98	
Pará	1547	673	4,7	764	5,4	897	6,3	805	5,8	986	7,1	1225	8,5	1391	9,7	1405	10,2	1729	12,5	2056	14,5	2218	15,6	862	16,558	
Amapá	208	153	10,7	98	6,5	79	5,2	39	2,6	142	9,0	149	9,2	138	8,8	166	10,7	215	14,0	270	17,0	339	21,4	92	20,88	
Tocantins	386	80	3,2	111	4,5	109	4,4	123	5,0	107	4,4	142	5,7	199	7,9	251	10,5	435	17,4	623	24,5	571	22,4	294	34,31	
Nordeste	5319	1984	2,3	2367	2,8	3197	3,8	3584	4,3	4253	5,2	5137	6,2	5967	7,1	6595	8,3	9215	11,3	14780	17,7	13026	15,6	4935	49,35	80359
Maranhão	766	232	1,9	237	2,0	276	2,3	224	1,9	359	3,1	630	5,4	823	7,0	757	6,9	1033	9,1	1889	16,1	1621	13,8	574	9,421	
Piauí	269	63	1,2	85	1,7	99	2,0	131	2,7	230	5,0	206	4,3	258	5,2	316	6,7	448	9,2	746	15,1	788	15,9	246	3,885	
Ceará	829	339	2,6	448	3,5	568	4,4	682	5,4	652	5,2	711	5,5	831	6,3	953	7,5	1311	10,3	2149	16,3	2184	16,6	856	12,513	
Rio Grande do Norte	266	120	2,5	165	3,5	173	3,6	229	4,9	151	3,2	208	4,3	215	4,4	251	5,5	424	9,2	800	16,6	905	18,8	380	4,287	
Paraíba	527	154	2,6	175	3,0	302	5,1	298	5,2	418	7,4	300	5,2	370	6,3	252	4,5	497	8,6	693	11,5	730	12,1	207	4,923	
Pernambuco	820	338	2,4	372	2,7	480	3,4	547	3,9	664	4,7	752	5,2	836	5,8	894	6,8	1652	12,2	3000	21,7	3019	21,8	1122	14,496	
Alagoas	786	161	2,9	184	3,4	200	3,7	190	3,6	203	3,9	280	5,4	316	6,0	372	7,7	595	11,8	953	18,2	764	14,6	353	5,357	
Sergipe	460	113	3,2	178	5,2	312	8,9	326	9,6	259	7,6	303	8,8	341	9,8	305	9,5	447	13,2	653	19,1	741	21,6	361	4,799	
Bahia	596	464	2,1	523	2,5	787	3,7	957	4,6	1317	6,5	1747	8,6	1977	9,6	2495	12,5	2808	13,8	3897	19,0	2274	11,1	836	20,678	
Sudeste	5053	3177	2,8	4225	3,8	6366	5,6	7998	6,9	10040	8,7	12881	10,9	14940	12,5	18119	16,1	23867	20,7	28430	24,8	27585	24,0	11588	11,588	174269
Minas Gerais	526	307	1,2	362	1,4	551	2,1	871	3,3	1138	4,4	1699	6,4	2410	9,0	2605	10,3	3670	14,1	4888	18,5	4697	17,8	1879	25,603	
Espírito Santo	351	140	2,7	250	4,8	383	7,2	503	9,5	693	12,8	778	13,8	1090	19,1	1279	23,9	1516	27,1	1786	31,5	1646	29,0	345	10,760	
Rio de Janeiro	1425	928	4,3	1437	6,7	2199	10,0	2726	12,2	3192	14,2	4015	17,2	4308	18,2	5808	26,5	7946	35,6	9358	42,4	9802	44,5	3998	57,142	
São Paulo	2751	1802	3,0	2176	3,6	3233	5,3	3898	6,3	5017	8,2	6389	10,2	7132	11,2	8427	14,0	10735	17,5	12398	20,5	11440	18,9	5366	80,764	
Sul	2199	841	2,3	1010	2,7	1438	3,8	1945	5,1	2746	7,1	3847	9,7	5999	14,8	6795	17,3	8015	20,2	9282	23,4	9383	23,7	3228	32,28	56728
Paraná	757	244	1,6	339	2,2	555	3,6	683	4,4	999	6,4	1325	8,3	1851	11,5	2269	14,6	2572	16,3	2887	18,5	2837	18,2	961	18,289	
Santa Catarina	434	168	2,0	205	2,4	253	2,9	319	3,6	523	5,8	766	8,2	1235	12,7	1395	14,6	1792	18,2	2289	23,0	1952	19,6	703	12,034	
Rio Grande do Sul	1008	429	3,2	466	3,5	630	4,6	943	6,8	1224	8,7	1756	12,3	2913	19,6	3131	22,1	3651	25,8	4096	29,2	4594	32,8	1564	26,405	
Centro-Oeste	3129	1103	5,0	1176	5,3	1234	5,4	1406	6,1	1914	8,2	2272	9,3	2599	10,5	2892	12,3	3965	16,2	4987	20,3	5107	20,8	1931	19,31	33715
Mato Grosso do Sul	1931	557	13,8	514	12,8	520	12,3	547	12,9	682	16,1	849	19,3	956	21,7	1075	25,3	1430	32,0	1635	36,9	1409	31,8	589	12,694	
Mato Grosso	355	167	3,4	232	4,7	233	4,5	235	4,6	293	5,5	329	5,8	333	5,9	386	7,2	627	10,9	796	13,6	907	15,5	302	5,95	
Goiás	586	303	3,5	337	3,9	375	4,2	541	5,8	814	8,6	915	9,2	1032	10,3	1095	11,5	1514	15,5	2011	20,3	2111	21,4	725	12,359	
Distrito Federal	257	76	1,7	93	2,1	106	2,4	83	1,9	125	2,8	179	4,0	278	6,0	336	7,8	394	8,8	545	12,3	680	15,4	315	3,467	

Fonte: MS/SIS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2020. (2) Notificação compulsória a partir de julho de 2005. (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (4) Para o cálculo da taxa de 2019, utilizou-se o número de nascidos vivos de 2018.

Tabela 5 - Casos de gestantes com sífilis segundo idade gestacional, faixa etária, escolaridade e raça por ano de diagnóstico. Brasil, 2005-2020^(1,2)

Variáveis	2005-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Idade gestacional																												
1º trimestre	2904	15,4	1749	20,9	2186	21,7	3770	23,1	3810	23,2	5351	25,6	7692	28,9	10562	32,2	14210	37,1	19803	39,8	24627	39,0	23642	38,7	10378	42,9	130084	33,8
2º trimestre	4604	24,4	2705	32,3	3299	32,8	4318	31,4	5097	31,0	6645	31,8	8164	30,7	9764	29,8	11003	28,7	13896	27,9	15863	25,1	14788	24,2	5686	23,5	105832	27,5
3º trimestre	5016	26,5	3246	38,8	3821	37,9	5153	37,5	6188	37,7	7368	35,2	8860	33,3	10468	31,9	10754	28,1	13397	26,9	18740	29,7	18553	30,4	6779	28,0	118343	30,8
Idade gestacional ignorada	1330	7,0	674	8,0	764	7,6	1107	8,1	1337	8,1	1541	7,4	1900	7,1	1977	6,0	2238	5,8	2555	5,1	3663	5,8	3972	6,5	1292	5,3	24350	6,3
Ignorado	5043	26,7	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	4	0,0	75	0,2	165	0,3	289	0,5	172	0,3	54	0,2	5802	1,5
Total	18897	100,0	8374	100,0	10070	100,0	13748	100,0	16432	100,0	20905	100,0	26616	100,0	32775	100,0	38280	100,0	49816	100,0	63182	100,0	61127	100,0	24189	100,0	384411	100,0
Faixa etária																												
10 a 14 anos	234	1,2	113	1,3	170	1,7	208	1,5	264	1,6	328	1,6	374	1,4	451	1,4	519	1,4	622	1,2	717	1,1	636	1,0	250	1,0	4886	1,3
15 a 19 anos	3429	18,2	1650	19,7	2117	21,0	3094	22,5	3970	24,2	5341	25,6	6991	26,3	8535	26,0	9934	26,0	12936	26,0	15728	24,9	14667	24,0	5761	23,8	94153	24,5
20 a 29 anos	10168	53,9	4452	53,2	5232	52,0	6987	50,8	8275	50,4	10547	50,5	13400	50,4	16856	51,4	20079	52,5	26265	52,8	34017	53,8	34016	55,7	13449	55,6	203743	53,0
30 a 39 anos	4426	23,5	1907	22,8	2274	22,6	3057	22,2	3522	21,4	4257	20,4	5290	19,9	6264	19,1	6987	18,3	8968	18,0	11493	18,2	10644	17,4	4263	17,6	73352	19,1
40 ou mais	605	3,2	249	3,0	274	2,7	402	2,9	398	2,4	427	2,0	553	2,1	669	2,0	740	1,9	985	2,0	1213	1,9	1155	1,9	463	1,9	8133	2,1
Ignorado	6	0,0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	0,0	6	0,0	5	0,0	0	-	0	-	18	0,0
Total ⁽¹⁾	18868	100,0	8371	100,0	10067	100,0	13748	100,0	16429	100,0	20900	100,0	26608	100,0	32775	100,0	38260	100,0	49782	100,0	63173	100,0	61118	100,0	24186	100,0	384285	100,0
Escolaridade⁽²⁾																												
Analfabeto	292	1,5	147	1,8	150	1,5	177	1,3	161	1,0	165	0,8	225	0,8	204	0,6	245	0,6	529	1,1	493	0,8	235	0,4	71	0,3	3094	0,8
1º a 4ª série incompleta	1781	9,4	963	11,5	951	9,4	1176	8,6	1347	8,2	1418	6,8	1655	6,2	1887	5,8	1912	5,0	2106	4,2	2526	4,0	2054	3,4	827	3,4	20603	5,4
4ª série completa	1126	6,0	633	7,6	680	6,8	833	6,1	896	5,5	922	4,4	1134	4,3	1296	4,0	1418	3,7	1701	3,4	1933	3,1	1902	3,1	756	3,1	15220	4,0
5ª a 8ª série incompleta	3070	16,2	1816	21,7	2175	21,6	3025	22,0	3495	21,3	4276	20,5	5531	20,8	6508	19,9	7708	20,1	9696	19,5	11884	18,8	10755	17,6	4041	16,7	73980	19,2
Ensino fundamental completo	1335	7,1	775	9,3	916	9,1	1223	8,9	1543	9,4	1919	9,2	2398	9,0	3182	9,7	3707	9,7	4982	10,0	6303	10,0	6079	9,9	2368	9,8	36790	9,6
Ensino médio incompleto	1030	5,5	743	8,9	981	9,7	1337	9,7	1790	10,9	2561	12,3	3376	12,7	4566	13,9	5545	14,5	7505	15,1	9363	14,8	9359	15,3	3825	15,8	51981	13,5
Ensino médio completo	1065	5,6	858	10,2	1098	10,9	1540	11,2	1955	11,9	2864	13,7	3919	14,7	5012	15,3	6205	16,2	9053	18,2	12211	19,3	12702	20,8	5588	23,1	64070	16,7
Superior incompleto	70	0,4	43	0,5	85	0,8	101	0,7	130	0,8	192	0,9	265	1,0	391	1,2	467	1,2	744	1,5	915	1,4	930	1,5	375	1,6	4708	1,2
Superior completo	44	0,2	51	0,6	47	0,5	72	0,5	96	0,6	140	0,7	217	0,8	257	0,8	352	0,9	541	1,1	720	1,1	754	1,2	330	1,4	3621	0,9
Não se aplica	3	0,0	3	0,0	3	0,0	0	-	3	0,0	5	0,0	9	0,0	0	-	20	0,1	19	0,0	15	0,0	19	0,0	16	0,1	115	0,0
Ignorado	9081	48,1	2342	28,0	2984	29,6	4264	31,0	5016	30,5	6443	30,8	7887	29,6	9472	28,9	10701	28,0	12940	26,0	16819	26,6	16338	26,7	5992	24,8	110279	28,7
Total	18897	100,0	8374	100,0	10070	100,0	13748	100,0	16432	100,0	20905	100,0	26616	100,0	32775	100,0	38280	100,0	49816	100,0	63182	100,0	61127	100,0	24189	100,0	384411	100,0
Raça/cor																												
Branca	5394	28,5	2494	29,8	2967	29,5	3923	28,5	4766	29,0	6241	29,9	8003	30,1	10119	30,9	11802	30,8	15289	30,7	18116	28,7	17507	28,6	6675	27,6	113296	29,5
Preta	1961	10,4	1079	12,9	1219	12,1	1786	13,0	2098	12,8	2484	11,9	3362	12,6	3975	12,1	4788	12,5	6321	12,7	7705	12,2	7258	11,9	2955	12,2	46991	12,2
Amarela	234	1,2	98	1,2	67	0,7	108	0,8	134	0,8	186	0,9	203	0,8	262	0,8	323	0,8	458	0,9	608	1,0	582	1,0	242	1,0	3505	0,9
Parda	8307	44,0	3794	45,3	4770	46,8	6359	46,3	7633	46,5	9711	46,5	12441	46,7	15308	46,7	18033	47,1	24193	48,6	32024	50,7	31279	51,2	12809	53,0	186601	48,5
Indígena	437	2,3	174	2,1	149	1,5	148	1,1	133	0,8	130	0,6	152	0,6	225	0,7	227	0,6	266	0,5	331	0,5	310	0,5	115	0,5	2797	0,7
Ignorado	2564	13,6	735	8,8	958	9,5	1424	10,4	1668	10,2	2153	10,3	2455	9,2	2886	8,8	3107	8,1	3289	6,6	4398	7,0	4491	6,9	1393	5,8	31221	8,1
Total	18897	100,0	8374	100,0	10070	100,0	13748	100,0	16432	100,0	20905	100,0	26616	100,0	32775	100,0	38280	100,0	49816	100,0	63182	100,0	61127	100,0	24189	100,0	384411	100,0

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sinam até 30/06/2020. (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos. (3) A partir de 2007, houve alterações para as categorias dessa variável. (4) Não foram considerados casos em menores de 10 anos.

Tabela 6 - Casos de gestantes com sífilis segundo UF de residência, esquema de tratamento prescrito⁽¹⁾ e ano de diagnóstico. Brasil, 2017 a 2019

UF/região de residência	2017						2018						2019					
	Prescrição penicilina ⁽²⁾			Prescrição conforme classificação clínica ⁽³⁾			Prescrição penicilina ⁽²⁾			Prescrição conforme classificação clínica ⁽³⁾			Prescrição penicilina ⁽²⁾			Prescrição conforme classificação clínica ⁽³⁾		
	nº	%		nº	%		nº	%		nº	%		nº	%		nº	%	
			nº	%					nº	%					nº	%		
Brasil	44.851	90,0	4.049	81,1	1.000	2,0	230,4	4,6	1.661	3,3	5.629	89,6	51.312	81,2	1.064	1,7	3.291	5,2
Norte	4.338	64,6	3.779	561,5	100	12,0	164	23,6	152	19,9	5.270	649,6	4.665	565,0	79	7,5	224	28,3
Roraima	266	92,7	235	81,9	3	1,0	16	5,6	2	0,7	321	94,7	292	86,1	2	0,6	11	3,2
Acre	410	96,5	356	83,8	1	0,2	5	1,2	9	2,1	601	95,9	521	83,1	4	0,6	15	2,4
Amazonas	1.483	94,1	1.343	85,2	11	0,7	41	2,6	41	2,6	1.501	94,2	1.363	85,6	7	0,4	69	4,3
Roraima	79	90,8	70	80,5	3	3,4	1	1,1	4	4,6	186	95,4	151	77,4	1	0,5	5	2,6
Pará	1.503	86,9	1.265	73,2	74	4,3	70	4,0	82	4,7	1.852	90,1	1.640	79,8	51	2,5	76	3,7
Amapá	197	91,6	169	78,6	2	0,9	8	3,7	8	3,7	236	87,4	195	72,2	3	1,1	21	7,8
Tocantins	400	92,0	341	78,4	6	1,4	23	5,3	6	1,4	573	92,0	503	80,7	11	1,8	27	4,3
Nordeste	8.037	790,5	6.949	695,5	371	35,2	388	35,3	419	39,0	12.817	787,0	11.139	6.910	367	21,6	942	55,1
Maranhão	790	76,5	682	66,0	163	15,8	39	3,8	41	4,0	1.595	84,4	1.323	70,0	165	8,7	86	4,6
Piauí	426	95,1	385	85,9	3	0,7	16	3,6	3	0,7	674	90,3	596	79,9	5	0,7	54	7,2
Ceará	1.186	90,5	1.073	81,8	24	1,8	74	5,6	27	2,1	1.898	88,3	1.738	80,9	29	1,3	161	7,5
Rio Grande do Norte	370	87,3	323	76,2	17	4,0	14	3,3	23	5,4	696	87,0	600	75,0	22	2,8	51	6,4
Paraíba	425	85,5	351	70,6	22	4,4	23	4,6	27	5,4	592	85,4	510	73,6	14	2,0	51	7,4
Pernambuco	1.400	84,7	1.141	69,1	61	3,7	75	4,5	116	7,0	2.524	84,1	2.124	70,8	43	1,4	255	8,5
Alagoas	497	83,5	446	75,0	13	2,2	28	4,7	57	9,6	814	85,4	712	74,7	19	2,0	42	4,4
Sergipe	439	98,2	426	95,3	1	0,2	5	1,1	2	0,4	617	94,5	591	90,5	7	1,1	23	3,5
Bahia	2.504	89,2	2.122	75,6	67	2,4	114	4,1	123	4,4	3.407	87,4	2.945	75,6	63	1,6	219	5,6
Sudeste	2.1976	6.951	2.0210	3.250,0	337	7,0	1.043	23,4	511	10,5	26.021	3.589	24.018	3.275	415	7,0	1.275	21,9
Minas Gerais	3.089	84,2	2.575	70,2	140	3,8	328	8,9	113	3,1	4.182	85,6	3.532	72,3	188	3,8	353	7,2
Espírito Santo	1.319	87,0	1.205	79,5	20	1,3	124	8,2	53	3,5	1.548	86,7	1.430	80,1	25	1,4	139	7,8
Rio de Janeiro	7426	93,5	6.816	85,8	61	0,8	235	3,0	224	2,8	8.788	93,9	8.178	87,4	46	0,5	238	2,5
São Paulo	10.142	94,5	9.614	89,6	116	1,1	356	3,3	121	1,1	11.503	92,8	10.878	87,7	156	1,3	545	4,4
Sul	6.951	264,7	6.318	242,0	137	4,6	548	19,2	379	11,5	8.056	264,1	7.431	244,3	143	4,3	612	19,0
Paraná	2.359	91,7	2.211	86,0	25	1,0	174	6,8	14	0,5	2.674	92,3	2.523	87,1	26	0,9	170	5,9
Santa Catarina	1.663	92,8	1.531	85,4	18	1,0	76	4,2	35	2,0	2.085	91,1	1.939	84,7	26	1,1	122	5,3
Rio Grande do Sul	2.929	80,2	2.576	70,6	94	2,6	298	8,2	330	9,0	3.307	80,7	2.969	72,5	91	2,2	320	7,8
Centro-Oeste	3.549	354,5	3.163	317,5	55	6,3	161	14,4	200	24,8	4.455	3.527	4.059	3.197	60	4,6	238	22,3
Mato Grosso do Sul	1.261	88,2	1.169	81,7	6	0,4	52	3,6	111	7,8	1.452	88,8	1.352	82,7	9	0,6	53	3,2
Mato Grosso	576	91,9	509	81,2	20	3,2	22	3,5	9	1,4	737	92,6	653	82,0	9	1,1	36	4,5
Goiás	1.385	91,5	1.184	78,2	25	1,7	79	5,2	25	1,7	1.828	90,9	1.659	82,5	36	1,8	96	4,8
Distrito Federal	327	83,0	301	76,4	4	1,0	8	2,0	55	14,0	438	80,4	395	72,5	6	1,1	53	9,7

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2020. (2) Tratamento prescrito com pelo menos 1 dose de penicilina benzatina, independentemente da forma clínica. (3) Tratamento prescrito conforme Classificação clínica pelo menos 1 dose para sífilis primária ou secundária e 3 doses para sífilis terciária, latente ou ignorada.

Tabela 7 - Casos de gestantes com sífilis segundo classificação clínica e ano de diagnóstico. Brasil, 2007 a 2020^(1,2)

Classificação clínica	2007-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sífilis primária	5508	3270	39,0	3784	37,6	4852	35,3	5684	34,6	6795	32,5	8507	32,0	10099	30,8	11151	29,1	14093	28,3	16725	26,5	15315	25,1	6166	25,5	111949	29,1	
Sífilis secundária	1148	706	8,4	766	7,6	906	6,6	1102	6,7	1307	6,3	1662	6,2	1901	5,8	2156	5,6	2617	5,3	3186	5,0	2959	4,8	1049	4,3	21465	5,6	
Sífilis terciária	824	562	6,7	809	8,0	1102	8,0	1335	8,1	2197	10,5	3003	11,3	3500	10,7	4110	10,7	5389	10,8	6109	9,7	5108	8,4	2208	9,1	36256	9,4	
Sífilis latente	2083	1165	13,9	1486	14,8	2344	17,0	3205	19,5	4414	21,1	6001	22,5	8092	24,7	10624	27,8	15190	30,5	21611	34,2	23077	37,8	9331	38,6	108623	28,3	
Ignorado	934	2671	31,9	3225	32,0	4544	33,1	5106	31,1	6192	29,6	7443	28,0	9183	28,0	10239	26,7	12527	25,1	15551	24,6	14668	24,0	5435	22,5	106118	27,6	
Total	18897	8374	100,0	10070	100,0	13748	100,0	16432	100,0	20905	100,0	26616	100,0	32775	100,0	38280	100,0	49816	100,0	63182	100,0	61127	100,0	24189	100,0	384411	100,0	

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Nota: (1) Casos notificados no Sinan Net até 30/06/2020. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos.

Tabela 8 - Casos notificados de sífilis congênita em menores de um ano de idade (número e taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020^(1,2)

UF/Região de residência	1998-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019 ^(b)		2020		Total
	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	nº	taxa	
Brasil	46608	6039	2,1	6946	2,4	9487	3,3	11634	4,0	13972	4,8	16310	5,5	19640	6,5	21254	7,4	24962	8,5	26441	9,0	24130	8,2	8932	236355		
Norte	4218	676	2,2	638	2,1	806	2,6	892	2,9	1080	3,4	1229	3,8	1423	4,4	1742	5,7	2183	7,0	2223	7,0	2230	7,0	819	20159		
Rorônia	53	9	0,3	19	0,7	33	1,2	47	1,8	56	2,1	73	2,6	93	3,3	89	3,3	114	4,1	118	4,2	77	2,7	34	815		
Acre	275	35	2,1	18	1,1	22	1,2	35	2,1	71	4,2	90	5,3	68	4,0	67	4,2	77	4,7	98	5,9	77	4,7	26	959		
Amazonas	864	146	1,9	99	1,3	124	1,6	161	2,1	171	2,2	162	2,0	312	3,9	498	6,5	802	10,3	776	9,9	702	9,0	187	5004		
Roraima	110	15	1,6	50	5,1	27	2,7	40	3,8	45	4,2	17	1,5	14	1,2	22	1,9	25	2,1	58	4,3	67	5,0	22	512		
Pará	1728	329	2,3	310	2,2	436	3,1	428	3,1	505	3,6	687	4,8	666	4,6	748	5,4	801	5,8	798	5,6	944	6,7	385	8765		
Amapá	658	88	6,2	75	5,0	73	4,8	87	5,8	100	6,4	41	2,5	41	2,6	70	4,5	77	5,0	93	5,9	125	7,9	59	1587		
Tocantins	530	54	2,2	67	2,7	91	3,6	94	3,9	132	5,5	159	6,4	229	9,1	248	10,4	287	11,5	282	11,1	238	9,3	106	2517		
Nordeste	14109	2045	2,4	2313	2,7	3229	3,8	3778	4,5	4488	5,5	5073	6,1	6004	7,1	5935	7,5	6953	8,5	7849	9,4	6352	7,6	2350	70478		
Maranhão	1568	143	1,2	117	1,0	186	1,5	238	2,1	270	2,3	293	2,5	431	3,7	440	4,0	427	3,8	845	7,2	606	5,2	153	5717		
Piauí	288	15	0,3	30	0,6	40	0,8	86	1,8	127	2,7	156	3,3	394	8,0	377	8,0	433	8,9	497	10,0	394	8,0	103	2940		
Ceará	2094	630	4,8	652	5,1	883	6,9	923	7,3	987	7,9	1091	8,5	1147	8,7	1146	9,1	1300	10,2	1255	9,5	1085	8,3	408	13601		
Rio Grande do Norte	893	178	3,6	200	4,2	261	5,4	286	6,1	277	5,9	283	5,9	436	8,9	352	7,8	452	9,8	580	12,1	592	12,3	253	5043		
Paraíba	686	85	1,4	115	2,0	167	2,8	212	3,7	194	3,4	252	4,4	318	5,4	85	1,5	393	6,8	384	6,4	344	5,7	120	3355		
Pernambuco	5350	429	3,0	495	3,6	684	4,9	765	5,4	1017	7,2	1285	9,0	1359	9,4	1517	11,6	1920	14,1	2004	14,5	1761	12,7	628	19214		
Alagoas	1122	180	3,2	217	4,0	324	6,0	368	7,0	409	7,8	413	8,0	385	7,4	320	6,6	343	6,8	437	8,3	339	6,5	153	5010		
Sergipe	628	122	3,5	169	5,0	227	6,5	336	9,9	381	11,1	380	11,1	368	10,5	312	9,7	316	9,3	328	9,6	482	14,1	285	4334		
Bahia	1480	263	1,2	318	1,5	457	2,1	564	2,7	826	4,1	920	4,5	1166	5,6	1386	6,9	1369	6,7	1519	7,4	749	3,6	247	11264		
Sudeste	22602	2466	2,2	2995	2,7	4135	3,6	5258	4,6	6067	5,3	7159	6,1	8318	7,0	9202	8,2	10857	9,4	11364	9,9	10766	9,4	3895	105084		
Minas Gerais	1083	197	0,8	228	0,9	309	1,2	505	1,9	642	2,5	943	3,5	1416	5,3	1463	5,8	1807	6,9	2442	9,3	2286	8,7	847	14168		
Espírito Santo	1992	95	1,8	156	3,0	169	3,2	272	5,1	333	6,2	378	6,7	511	9,0	598	11,2	641	11,5	559	9,9	433	7,6	111	6248		
Rio de Janeiro	10954	1385	6,4	1459	6,8	2174	9,9	2566	11,5	2719	12,1	2863	12,3	2980	12,6	3467	15,8	4332	19,4	4378	19,9	4431	20,1	1389	45097		
São Paulo	8573	789	1,3	1152	1,9	1483	2,4	1915	3,1	2373	3,9	2975	4,8	3411	5,4	3674	6,1	4077	6,7	3985	6,6	3616	6,0	1548	39571		
Sul	2959	549	1,5	659	1,8	922	2,4	1165	3,1	1576	4,1	1909	4,8	2773	6,8	3143	8,0	3560	9,0	3528	8,9	3301	8,3	1225	27269		
Paraná	701	105	0,7	147	1,0	215	1,4	304	2,0	384	2,5	468	2,9	645	4,0	727	4,7	865	5,5	869	5,6	879	5,6	334	6643		
Santa Catarina	280	49	0,6	74	0,9	99	1,1	98	1,1	219	2,4	274	2,9	475	4,9	553	5,8	675	6,9	685	6,9	583	5,9	233	4297		
Rio Grande do Sul	1978	395	3,0	438	3,3	608	4,4	763	5,5	973	6,9	1167	8,1	1653	11,1	1863	13,2	2020	14,3	1974	14,1	1839	13,1	658	16329		
Centro-Oeste	2720	303	1,4	341	1,5	395	1,7	541	2,3	761	3,2	940	3,8	1122	4,5	1232	5,2	1409	5,8	1477	6,0	1481	6,0	643	13365		
Mato Grosso do Sul	607	123	3,1	106	2,6	111	2,6	183	4,3	218	5,2	248	5,6	320	7,2	395	9,3	437	9,8	339	7,7	301	6,8	127	3515		
Mato Grosso	304	44	0,9	68	1,4	58	1,1	116	2,3	162	3,1	182	3,2	211	3,7	199	3,7	257	4,5	207	3,5	209	3,6	59	2076		
Goiás	824	68	0,8	74	0,8	107	1,2	118	1,3	231	2,4	336	3,4	390	3,9	421	4,4	435	4,5	544	5,5	599	6,1	273	4420		
Distrito Federal	985	68	1,5	93	2,1	119	2,7	124	2,9	150	3,4	174	3,9	201	4,4	217	5,0	280	6,3	387	8,8	372	8,4	184	3354		

Fonte: MS/SIS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Notas: (1) Casos notificados no Sisan até 30/06/2020. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos. (3) Para o cálculo da taxa, foram utilizados dados de nascidos vivos do ano de 2018.

Tabela 9 - Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo características dos casos por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020^(1,2)

Brasil	1998-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Idade da criança																													
Menos de 7 dias	41608	5783	95,3	6646	95,4	9153	96,2	11234	96,2	13498	96,4	15755	96,3	18997	96,4	20529	96,2	24218	96,7	25662	96,7	23396	96,5	8671	96,7	225150	94,7		
7 a 27 dias	3016	118	1,9	162	2,3	188	2,0	207	1,8	231	1,6	270	1,7	337	1,7	355	1,7	376	1,5	439	1,7	468	1,9	175	2,0	6342	2,7		
28 a 364 dias	1984	138	2,3	138	2,0	146	1,5	193	1,7	243	1,7	285	1,7	306	1,6	370	1,7	368	1,5	340	1,3	266	1,1	86	1,0	4863	2,0		
1 ano	135	12	0,2	7	0,1	13	0,1	21	0,2	27	0,2	18	0,1	35	0,2	36	0,2	34	0,1	28	0,1	43	0,2	10	0,1	419	0,2		
2 a 4 anos	117	6	0,1	5	0,1	9	0,1	12	0,1	5	0,0	18	0,1	28	0,1	28	0,1	20	0,1	19	0,1	28	0,1	7	0,1	302	0,1		
5 a 12 anos	90	12	0,2	5	0,1	7	0,1	11	0,1	4	0,0	7	0,0	9	0,0	12	0,1	15	0,1	25	0,1	22	0,1	4	0,0	223	0,1		
Ignorada	348	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,0	18	0,1	30	0,1	15	0,2	417	0,2		
Total	47298	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	237716	100,0		
Diagnóstico final																													
Sífilis congênita recente	43160	5528	91,1	6358	91,3	8685	91,3	10623	91,0	12970	92,6	15081	92,2	18270	92,7	19890	93,2	23298	93,1	24834	93,6	22687	93,5	8402	93,7	219786	92,5		
Sífilis congênita tardia	608	79	1,3	32	0,5	16	0,2	25	0,2	10	0,1	25	0,2	39	0,2	40	0,2	38	0,2	48	0,2	56	0,2	22	0,2	1038	0,4		
Aborto por sífilis	2264	247	4,1	278	4,0	375	3,9	456	3,9	473	3,4	628	3,8	708	3,6	739	3,5	894	3,6	903	3,4	899	3,7	304	3,4	9168	3,9		
Natimorto por sífilis	1266	215	3,5	295	4,2	440	4,6	574	4,9	555	4,0	619	3,8	695	3,5	661	3,1	807	3,2	746	2,8	611	2,5	240	2,7	7724	3,2		
Total	47298	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	237716	100,0		
Evolução do caso ⁽³⁾																													
Vivo	9482	5169	85	5935	85	8031	84	9894	84,7	12063	86,1	14014	85,7	17019	86,3	18564	87,0	21788	87,0	23484	88,5	21538	88,8	7898	88,1	174879	86,7		
Óbito por sífilis congênita	499	145	2	141	2	225	2	248	2,1	243	1,7	276	1,7	378	1,9	300	1,4	380	1,5	359	1,4	285	1,2	100	1,1	3579	1,8		
Óbito por outras causas	170	42	1	54	1	88	1	88	0,8	129	0,9	123	0,8	167	0,8	171	0,8	191	0,8	176	0,7	163	0,7	61	0,7	1623	0,8		
Aborto	153	247	4	278	4	375	4	456	3,9	473	3,4	628	3,8	708	3,6	739	3,5	894	3,6	903	3,4	898	3,7	304	3,4	7056	3,5		
Natimorto	128	215	4	295	4	440	5	574	4,9	555	4,0	619	3,8	695	3,5	661	3,1	807	3,2	746	2,8	611	2,5	244	2,7	6590	3,3		
Ignorado	931	251	4	260	4	357	4	418	3,6	545	3,9	693	4,2	745	3,8	895	4,2	977	3,9	863	3,3	758	3,1	361	4,0	8054	4,0		
total	11363	6069	100,0	6963	100	9516	100	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	207781	100,0		

Fonte: MS/SVS/Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Nota: (1) Casos notificados no Sinan até 30/06/2020. (2) Dados preliminares para últimos 5 anos. (3) Notificações desde 2007.

Tabela 10 – Casos notificados de sífilis congênita (número e percentual), segundo variáveis selecionadas por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2019^(1,2)

Brasil	1998-2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
Faixa etária da mãe																											
10 a 14 anos	279	59	1,0	69	1,0	123	1,0	153	1,3	150	1,1	152	0,9	190	1,0	221	1,0	222	0,9	233	0,9	186	0,8	55	0,6	2065	0,9
15 a 19 anos	8187	1310	21,6	1376	19,8	2030	21,3	2597	22,2	3328	23,8	3841	23,5	4673	23,7	5072	23,5	6020	24,0	6273	23,4	5409	22,3	1943	21,7	51939	21,8
20 a 29 anos	25540	3192	52,6	3580	51,4	4920	51,7	6017	51,5	7041	50,3	8462	51,7	10199	51,7	11284	52,9	13388	53,5	14237	53,7	13357	55,1	5009	55,9	126226	53,1
30 a 39 anos	10729	1198	19,7	1546	22,2	1984	20,8	2387	20,4	2786	19,9	3202	19,6	3720	18,9	3878	18,2	4413	17,6	4749	17,9	4269	17,6	1612	18,0	46673	19,5
40 ou mais	1422	163	2,7	189	2,7	220	2,3	250	2,1	292	2,1	309	1,9	387	2,0	418	2,0	461	1,8	483	1,8	442	1,8	172	1,9	5208	2,2
Ignorado	1141	147	2,4	203	2,9	266	2,8	274	2,3	411	2,9	387	2,4	543	2,8	517	2,4	533	2,1	616	2,3	590	2,4	177	2,0	5805	2,4
Total	47298	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	237716	100,0
Escolaridade da mãe																											
Analfabeto	2455	123	2,0	148	2,1	162	1,7	163	1,4	161	1,1	155	0,9	160	0,8	145	0,7	131	0,5	145	0,5	127	0,5	50	0,6	4125	1,7
1ª à 4ª série incompleta	11529	708	11,7	683	9,8	857	9,0	1036	8,9	1039	7,4	1147	7,0	1077	5,5	997	4,7	1158	4,6	1111	4,2	906	3,7	311	3,5	22559	9,5
4ª série completa	923	450	7,4	445	6,4	631	6,6	748	6,4	698	5,0	675	4,1	749	3,8	714	3,3	753	3,0	753	2,8	689	2,8	227	2,5	8455	3,6
5ª à 8ª série incompleta	12137	1624	26,8	1832	26,3	2455	25,8	2933	25,1	3465	24,7	4137	25,3	4842	24,6	5220	24,5	5796	23,1	5856	22,1	5077	20,7	1716	19,1	57030	24,0
Fundamental completo	1070	534	8,8	638	9,2	797	8,4	966	8,3	1166	8,3	1337	8,2	2100	10,7	2133	10,0	2779	11,1	2834	10,7	2526	10,4	956	10,7	19836	8,3
Médio incompleto	5908	483	8,0	567	8,1	818	8,6	993	8,5	1284	9,2	1751	10,7	2133	10,8	2548	11,9	3362	13,4	3450	13,0	3278	13,3	1140	12,7	27655	11,6
Médio completo	796	466	7,7	558	8,0	923	9,7	1171	10,0	1550	11,1	2002	12,2	2581	13,1	3151	14,8	3962	15,8	4513	17,0	4406	18,2	1594	17,8	27673	11,6
Superior incompleto	47	34	0,6	52	0,7	50	0,5	66	0,6	92	0,7	120	0,7	155	0,8	200	0,9	259	1,0	297	1,1	298	1,2	129	1,4	1799	0,8
Superior completo	744	15	0,2	35	0,5	39	0,4	76	0,7	73	0,5	103	0,6	131	0,7	159	0,7	228	0,9	243	0,9	243	1,0	105	1,2	2194	0,9
Não se aplica	153	22	0,4	32	0,5	42	0,4	52	0,4	88	0,6	93	0,6	106	0,5	87	0,4	124	0,5	117	0,4	119	0,5	44	0,5	1079	0,5
Ignorado	11536	1610	26,5	1973	28,3	2742	28,8	3474	29,7	4392	31,4	4833	29,6	5678	28,8	5976	28,0	6485	25,9	7212	27,2	6704	27,6	2696	30,1	65311	27,5
Total	47298	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	237716	100,0
Raça/cor da mãe																											
Branca	2558	1345	22,2	1658	23,8	2097	22,0	2603	22,3	3363	24,0	3793	23,2	4819	24,4	5269	24,7	6234	24,9	6197	23,4	5805	23,9	2110	23,5	47851	23,7
Preta	1264	700	11,5	757	10,9	1120	11,8	1311	11,2	1429	10,2	1703	10,4	1939	9,8	2152	10,1	2317	9,3	2401	9,0	2193	9,0	744	8,3	20030	9,9
Amarela	63	18	0,3	18	0,3	26	0,3	52	0,4	56	0,4	63	0,4	63	0,4	71	0,3	93	0,4	95	0,4	85	0,4	28	0,3	731	0,4
Parda	5576	3237	53,3	3616	51,9	5142	54,0	6374	54,6	7619	54,4	9226	56,4	10831	54,9	11783	55,2	14218	56,8	15399	58,0	14097	58,1	5172	57,7	112290	55,6
Indígena	87	60	1,0	47	0,7	43	0,5	37	0,3	41	0,3	44	0,3	55	0,3	85	0,4	74	0,3	73	0,3	68	0,3	27	0,3	741	0,4
Ignorado	1815	709	11,7	867	12,5	1088	11,4	1301	11,1	1500	10,7	1524	9,3	2005	10,2	1970	9,2	2101	8,4	2366	8,9	2005	8,3	887	9,9	20138	10,0
Total	11363	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	201781	100,0
Realização de pré-natal⁽³⁾																											
Sim	8580	4344	71,6	5088	73,1	6984	73,4	8557	73,3	10482	74,8	12666	77,5	15479	78,5	17323	81,2	20455	81,7	21683	81,7	20163	83,1	7276	81,1	159080	78,8
Não	2094	1246	20,5	1368	19,6	1842	19,4	2411	20,6	2597	18,5	2745	16,8	2931	14,9	2884	13,5	3286	13,1	3554	13,4	2896	11,9	1060	11,8	30824	15,3
Ignorado	779	479	7,9	507	7,3	690	7,3	710	6,1	929	6,6	942	5,8	1302	6,6	1123	5,3	1296	5,2	1294	4,9	1194	4,9	632	7,0	11877	5,9
Total	11363	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	201781	100,0
Diagnóstico de sífilis materna⁽⁴⁾																											
Durante o pré-natal	4778	2351	38,7	2888	41,5	4034	42,4	4943	42,3	6289	44,9	7912	48,4	10150	51,5	12261	57,5	14426	57,6	15251	57,5	14222	58,6	4948	55,2	104453	51,8
No momento do parto/ curetagem	4640	2622	43,2	2955	42,4	3909	41,1	4834	41,4	5438	38,8	5965	36,5	6838	34,7	6584	30,9	7857	31,4	8438	31,8	7634	31,5	2898	32,3	70612	35,0
Após o parto	1185	747	12,3	784	11,3	1107	11,6	1275	10,9	1478	10,6	1663	10,2	1612	8,2	1558	7,3	1634	6,5	1486	5,6	1229	5,1	519	5,8	16277	8,1
Não realizado	112	41	0,7	56	0,8	53	0,6	61	0,5	98	0,7	107	0,7	119	0,6	107	0,5	152	0,6	196	0,7	171	0,7	60	0,7	1333	0,7
Ignorado	648	308	5,1	280	4,0	413	4,3	565	4,8	705	5,0	706	4,3	993	5,0	820	3,8	968	3,9	1160	4,4	997	4,1	543	6,1	9106	4,5
Total	11363	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0	8968	100,0	201781	100,0
Esquema de tratamento materno⁽⁵⁾																											
Adequado	12221	137	2,3	214	3,1	230	2,4	273	2,3	322	2,3	460	2,8	639	3,2	731	3,4	1003	4,0	1329	5,0	1328	5,5	444	5,0	19331	8,1
Inadequado	16811	3163	52,1	3275	47,0	4623	48,6	6392	54,7	8080	57,7	9681	59,2	11382	57,7	12645	59,3	14424	57,6	14626	55,1	12795	52,8	4393	49,0	122290	51,4
Não realizado	11133	2032	33,5	2746	39,4	3662	38,5	3712	31,8	3915	27,9	5361	27,2	5635	26,4	6596	26,3	7043	26,5	7043	26,5	6625	28,1	2821	31,5	65900	27,7
Ignorado	7133	737	12,1	728	10,5	1001	10,5	1301	11,1	1691	12,1	1793	11,0	2330	11,8	2319	10,9	3014	12,0	3533	13,3	3305	13,6	1310	14,6	30195	12,7
Total	47298	6069	100,0	6963	100,0	9516	100,0	11678	100,0	14008	100,0	16353	100,0	19712	100,0	21330	100,0	25037	100,0	26531	100,0	24253	100,0				

Tabela 11 - Óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (número e coeficiente por 100.000 nascidos vivos), segundo UF e região de residência por ano. Brasil, 1998-2018⁽¹⁾

UF/Região de residência	1998-2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019 ⁽²⁾		Total	
	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.	nº	coef.		
Brasil	811	74	7	2,2	7	2,2	8	2,6	10	3,3	12	3,8	13	4,2	51	6,7	33	10,3	235	7,8	195	6,8	222	7,6	261	8,9	173	5,9	2768	
Norte																													308	
Roraima	3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	9,2	0	0,0	1	8,8	1	8,8	0	0,0	1	7,5	0	0,0	7
Pará	17	3	2,0	1	0,7	4	2,8	4	2,8	6	4,2	5	3,6	12	8,6	21	14,6	19	13,2	7	5,1	9	6,5	13	9,2	7	4,9	128		
Amapá	11	2	13,9	2	13,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,7	1	6,4	0	0,0	1	6,3	0	0,0	3	19,5	1	6,3	2	12,6	24		
Tocantins	10	0	0,0	1	3,9	0	0,0	1	4,1	1	4,0	1	4,1	0	0,0	1	4,0	4	15,9	2	8,4	7	28,1	2	7,8	0	0,0	30		
Nordeste	258	33	3,8	26	2,9	23	2,7	28	3,3	37	4,3	42	5,0	56	6,8	48	5,8	54	6,4	66	8,3	57	7,0	82	9,8	46	5,5	856		
Maranhão	35	1	0,8	1	0,8	1	0,8	3	2,5	6	5,0	6	5,2	13	11,3	7	6,0	11	9,4	12	10,9	6	5,3	7	6,0	8	6,8	117		
Piauí	23	1	1,9	2	3,8	0	0,0	0	0,0	2	4,0	0	0,0	1	2,2	2	4,2	2	4,1	4	8,5	8	16,5	4	8,1	6	12,1	55		
Ceará	13	3	2,2	4	3,0	3	2,3	3	2,3	3	2,3	2	1,6	2	1,6	4	3,1	5	3,8	1	0,8	7	5,5	8	6,1	5	3,8	63		
Rio Grande do Norte	6	0	0,0	1	2,0	1	2,0	3	6,3	3	6,2	5	10,6	1	2,1	2	4,2	2	4,1	5	11,0	5	10,8	6	12,5	2	4,2	42		
Pernambuco	19	3	5,0	1	1,6	1	1,7	1	1,7	3	5,1	4	7,0	5	8,8	1	1,7	1	1,7	4	7,1	1	1,7	4	6,6	2	3,3	50		
Alagoas	81	16	11,2	10	6,9	10	7,1	11	8,1	7	5,0	11	7,8	18	12,7	14	9,8	14	9,7	18	13,8	12	8,8	31	22,4	10	7,2	263		
Sergipe	26	5	8,7	3	5,2	2	3,6	5	9,2	5	9,2	5	9,5	5	9,5	1	1,9	4	7,7	5	10,4	3	6,0	5	9,5	6	11,4	80		
Bahia	2	0	0,0	1	2,7	1	2,8	1	2,9	1	2,9	1	2,9	5	14,6	0	0,0	2	5,7	4	12,4	3	8,9	0	0,0	2	5,8	23		
Sudeste	53	4	1,8	3	1,4	4	1,8	1	0,5	7	3,3	8	3,8	6	3,0	17	8,3	13	6,3	13	6,5	12	5,9	17	8,3	5	2,4	163		
Minas Gerais	378	21	1,9	15	1,3	28	2,5	42	3,7	45	3,9	73	6,3	61	5,3	61	5,2	113	9,4	74	6,6	108	9,4	112	9,8	79	6,9	1210		
Espírito Santo	30	2	0,8	1	0,4	5	2,0	1	0,4	5	1,9	1	0,4	4	1,5	6	2,2	23	8,6	7	2,8	22	8,4	21	8,0	14	5,3	142		
Rio de Janeiro	19	1	2,0	2	3,9	1	1,9	0	0,0	2	3,8	5	9,5	3	5,5	7	12,4	3	5,3	3	5,6	2	3,6	5	8,8	7	12,3	60		
São Paulo	288	14	6,5	10	4,6	17	7,8	28	13,0	31	14,1	50	22,4	40	17,9	30	12,8	66	27,9	43	19,6	63	28,2	51	23,1	43	19,5	774		
Sul	41	4	0,7	2	0,3	5	0,8	13	2,2	7	1,1	17	2,8	14	2,3	18	2,9	21	3,3	21	3,5	21	3,4	35	5,8	15	2,5	234		
Paraná	75	3	0,8	5	1,3	4	1,1	6	1,6	13	3,4	15	3,9	18	4,7	21	5,3	26	6,4	22	5,6	16	4,0	20	5,1	18	4,5	262		
Santa Catarina	25	2	1,4	0	0,0	1	0,7	3	2,0	4	2,6	7	4,5	6	3,9	8	5,0	8	5,0	5	3,2	7	4,4	6	3,8	4	2,6	86		
Rio Grande do Sul	6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,2	1	1,1	2	2,3	2	2,2	3	3,2	5	5,1	3	3,1	4	4,1	2	2,0	6	6,0	35		
Centro-Oeste	44	1	0,7	5	3,7	3	2,2	2	1,5	8	5,8	6	4,3	10	7,1	10	7,0	13	8,8	14	9,9	5	3,5	12	8,6	8	5,7	141		
Mato Grosso do Sul	26	3	1,4	2	0,9	1	0,5	4	1,8	4	1,8	4	1,7	5	2,1	13	5,3	9	3,6	15	6,4	17	7,0	17	6,9	12	4,9	132		
Mato Grosso	7	1	2,6	1	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,4	1	2,4	3	6,8	2	4,5	5	11,8	1	2,2	3	6,8	3	6,8	28		
Goiás	12	1	2,1	0	0,0	0	0,0	1	2,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0	2	3,5	3	5,3	2	3,7	6	10,5	5	8,5	2	3,4	35		
Distrito Federal	6	1	1,2	1	1,1	0	0,0	2	2,3	3	3,3	2	2,1	4	4,2	5	5,0	2	2,0	3	3,1	7	7,2	6	6,1	5	5,1	47		
	1	0	0,0	0	0,0	1	2,3	1	2,3	0	0,0	1	2,3	0	0,0	3	6,7	2	4,3	5	11,5	3	6,7	3	6,8	2	4,5	22		

Fonte: IMS/SVS/Departamento de Análise da Situação em Saúde.

Notas: (1) Óbitos declarados no SIM até 31/12/2019. (2) Para o cálculo do coeficiente, foram utilizados dados de nascidos vivos do ano de 2018.

Apêndice

APÊNDICE - Indicadores epidemiológicos e operacionais para o monitoramento da sífilis

INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	CONSTRUÇÃO		UTILIDADE(S)	FONTE(S)
Taxa de detecção de sífilis adquirida	Número de casos de sífilis adquirida, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência	x 100.000	Medir o risco de ocorrência de casos novos confirmados de sífilis adquirida na população, segundo ano e local de residência	MS/SVS/Sinan/IBGE
Taxa de detecção de sífilis em gestantes	Número de casos de sífilis detectados em gestantes, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência	x 1.000	Medir a frequência anual de casos de sífilis na gestação e orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de um ano	Número de casos novos confirmados de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência	x 1.000	Medir o risco de ocorrência de casos novos de sífilis congênita por transmissão vertical do <i>Treponema pallidum</i> no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/Sinan/Sinasc
Coefficiente de mortalidade infantil específica por sífilis congênita	Número de óbitos por sífilis congênita em menores de 1 ano (causa básica) em determinado ano e local de residência	x 100.000	Medir o risco de óbito em crianças em consequência da sífilis congênita no mesmo local de residência e ano	MS/SVS/SIM/Sinasc

Fonte: DCCI/SVS/MS.

Anexo

Nota Informativa nº 2, de 19 de setembro de 2017

ALTERA OS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE CASOS PARA NOTIFICAÇÃO DE SÍFILIS ADQUIRIDA, SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA DO GUIA DE VIGILÂNCIA DA SVS/2017



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis,
do HIV/Aids e das Hepatites Virais
SRTVN Quadra 701, Lote D, Edifício PO700 – 5º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
TEL: (61) 3315-7737 – 7738 – 7739

NOTA INFORMATIVA nº 2-SEI/2017-DIAHV/SVS/MS

Altera os Critérios de Definição de Casos para notificação de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita do Guia de Vigilância da SVS/2017

1. INTRODUÇÃO

A Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional inclui a notificação semanal de sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita, conforme Portaria vigente do Ministério da Saúde.

A notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Diante da necessidade de diminuir a subnotificação dos casos de sífilis em gestantes, define-se que todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o **pré-natal, parto e/ou puerpério** devem ser notificados como **sífilis em gestantes** e não como sífilis adquirida.

Para adequar a sensibilidade da vigilância e **atualizar a definição dos casos de sífilis congênita** em consonância com a Organização Pan-Americana da Saúde⁴ e da Organização Mundial da Saúde⁵, deve ser avaliada a história clínico-epidemiológica da mãe e/ou os critérios clínicos e laboratoriais da criança exposta, deixando de ser considerado, para fins de notificação desses casos, o tratamento da parceria sexual da mãe.

Além disso, considera-se a necessidade de divulgar a definição de caso de sífilis adquirida e reforçar a importância da notificação dos casos.

Destaca-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) possui testes não treponêmicos (VDRL, RPR, TRUST e USR) e testes treponêmicos para sífilis (teste rápido, FTA-ABS, ELISA, EQL, TPHA, TPPA, MHA-TP) incorporados na sua lista de procedimentos, e que o Ministério da Saúde adquire e fornece testes rápidos para sífilis aos serviços de saúde.

4 OMS (Organización Mundial de la Salud). Orientaciones mundiales sobre los criterios y procesos para la validación de la eliminación de la transmisión materno-infantil del VIH y la sífilis. Ginebra: OMS, 2015.

5 PAHO (Pan American Health Organization). Elimination of mother-to-child transmission of HIV and syphilis in the Americas. Update 2016. Washington, D.C.: PAHO, 2017.

2. RECOMENDAÇÕES

2.1. Das definições de casos

Diante do exposto, o Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/ Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde atualiza os critérios de definição de casos de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestantes e Sífilis Congênita:

SÍFILIS ADQUIRIDA

Situação 1

Indivíduo assintomático, com teste não treponêmico reagente com qualquer titulação e teste treponêmico reagente.

Situação 2

Indivíduo sintomático para sífilis, com pelo menos um teste reagente - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação.

^a Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em www.aids.gov.br/pcdt.

SÍFILIS EM GESTANTES

Situação 1

Mulher assintomática para sífilis, que durante **o pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente pelo menos **um teste reagente** - treponêmico ou não treponêmico com qualquer titulação – **e sem registro de tratamento prévio**.

Situação 2

Mulher sintomática^b para sífilis, que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** e apresente pelo menos um teste reagente - treponêmico **OU** não treponêmico com qualquer titulação.

^b Para mais informações sobre a sintomatologia da sífilis, consultar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis, disponível em www.aids.gov.br/pcdt.

Situação 3

Mulher que durante o **pré-natal, o parto e/ou o puerpério** apresente teste não treponêmico reagente com qualquer titulação **E** teste treponêmico reagente, **independente de sintomatologia** da sífilis **e de tratamento prévio**.

SÍFILIS CONGÊNITA

Situação 1

Todo recém-nascido, natimorto ou aborto de mulher com sífilis^c não tratada ou tratada de forma não adequada^{d,e}.

^c Ver definição de sífilis em gestante (situações 1, 2 ou 3)

^d Tratamento adequado: Tratamento completo para estágio clínico da sífilis com penicilina benzatina, e INICIADO até 30 dias antes do parto. Gestantes que não se enquadrarem nesses critérios serão consideradas como tratadas de forma não adequada.

^e Para fins de notificação de caso de sífilis congênita, não se considera o tratamento da parceria sexual da mãe.

Situação 2f

Toda criança com menos de 13 anos de idade com pelo menos uma das seguintes situações:

- Alteração clínica, líquórica ou radiológica de sífilis congênita E teste não treponêmico reagente;
- Títulos de teste não treponêmicos do lactente maiores do que os da mãe, em pelo menos duas diluições de amostras de sangue periférico, coletadas simultaneamente;
- Títulos de testes não treponêmicos ascendentes em pelo menos duas diluições;
- Títulos de testes não treponêmicos ainda reagentes após 6 meses de idade, exceto em situação de seguimento terapêutico;
- Testes treponêmicos reagentes após 18 meses de idade sem diagnóstico prévio de sífilis congênita.

^f Nesta situação, deve ser sempre afastada a possibilidade de sífilis adquirida.

Situação 3

Evidência microbiológica^g de infecção pelo *Treponema pallidum* em amostra de secreção nasal ou lesão cutânea, biópsia ou necrópsia de criança, aborto ou natimorto.

^g Detecção do *Treponema pallidum* por meio de exames diretos por microscopia (de campo escuro ou com material corado).

2.2. Do preenchimento das fichas de notificação

Para **notificação dos casos de sífilis adquirida**, deve ser utilizada a ficha de notificação individual do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que contém atributos comuns a todos os agravos.

As fichas de notificação/investigação dos casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita continuarão sendo as mesmas vigentes do Sinan até a atualização das novas fichas no sistema.

Ressalta-se que, **na ficha de notificação/investigação de sífilis em gestante**, para o preenchimento dos campos 37 a 40, referentes aos resultados dos exames, devem ser consideradas as informações do pré-natal, parto e/ou puerpério. Todos os casos de mulheres diagnosticadas com sífilis durante o pré-natal, parto e/ou puerpério devem ser notificados como sífilis em gestantes e não notificadas como sífilis adquirida.

Quanto à ficha de **notificação/investigação de sífilis congênita**, a nova definição de caso considera como tratamento adequado - o tratamento completo para estágio clínico da sífilis, com penicilina benzatina, e iniciado até 30 dias antes do parto-, desconsiderando a informação do tratamento concomitante da parceria sexual das gestantes. Portanto, para não gerar inconsistência no Sinan, torna-se provisória a inserção da informação **“1-SIM”** no **campo 46** (parceiro tratado concomitantemente com a gestante), independente da informação coletada.

Brasília, 19 de setembro de 2017



**DISQUE
SAÚDE 136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal